

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO – AGEUFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS
EDUCATIVAS – PPGFOPRED

CÍNTIA VALÉRIA DE SOUZA SILVA

MULHERES NEGRAS MILITANTES NA EDUCAÇÃO EM AÇAILÂNDIA,
MARANHÃO

AÇAILÂNDIA
2023

CÍNTIA VALÉRIA DE SOUZA SILVA

**MULHERES NEGRAS MILITANTES NA EDUCAÇÃO EM AÇAILÂNDIA,
MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Educativas PPGFOPRED do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia- CCSST, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestrado em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaporoli

Coorientadora: Prof. Dra. Herli de Sousa Carvalho

AÇAILÂNDIA
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Souza Silva, Cíntia Valéria de.
MULHERES NEGRAS MILITANTES NA EDUCAÇÃO EM AÇAILÂNDIA,
MARANHÃO / Cíntia Valéria de Souza Silva. - 2023.
116 f.

Orientador(a): Witembergue Gomes Zaparoli.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Formação Docente em Práticas Educativas/ccim, Universidade
Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Educação. 2. Mulheres Negras. 3. Racismo. I.
Zaparoli, Witembergue Gomes. II. Título.

CÍNTIA VALÉRIA DE SOUZA SILVA

**MULHERES NEGRAS MILITANTES NA EDUCAÇÃO EM AÇAILÂNDIA,
MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de
Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito para Disciplina de
Qualificação.

Orientador: Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaparoli
Coorientadora: Prof. Dra. Herli de Sousa Carvalho

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaparoli
Titulação: Doutor em Letras
Instituição a qual pertence: Universidade Federal do Maranhão

Coorientadora Prof. Dra. Herli de Sousa Carvalho
Titulação: Doutora em Educação
Instituição a qual pertence: Universidade Federal do Maranhão

Membro Titular Externo: Priscila Coimbra Rocha
Titulação: Doutora em Saúde Coletiva
Instituição a qual pertence: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia-UFBA

Membro Titular Interno: Betânia Oliveira Barroso
Titulação: Doutora em Educação
Instituição a qual pertence: Universidade Federal do Maranhão

Suplente Membro Titular Externo: Kelly Lislíe Julio
Titulação: Doutora em Educação
Instituição a qual pertence: Universidade Federal do Maranhão

Suplente Membro Titular Interno _____
Titulação
Instituição a qual pertence

A todas às mulheres negras que me conduziram na construção desta escrita.

AGRADECIMENTOS

Esperei ansiosamente por esse momento e é chegada a hora de (re) conhecer as inúmeras pessoas que contribuíram para a realização deste sonho. Preciso ocupar esse espaço com minha gratidão. Vamos lá!

A Deus, “*Até aqui o Senhor me ajudou*” por me conceder a força necessária para findar essa pesquisa mesmo diante das adversidades que a vida nos impõe.

A mim Cíntia Valéria de Souza Silva, “*Que a força do medo que tenho não me impeça de ver o que anseio*”. Parabéns por não ter se permitido paralisar pelo medo e as exigências do mundo acadêmico. Avante, menina!

Aos professores Witembergue Gomes Zaparoli e Herly de Sousa Carvalho, os quais tenho imensa admiração e respeito pela trajetória na militância em defesa dos Direitos Humanos e da Questão Racial. Tenho imenso orgulho de partilhar esse momento selado pela relação orientação e coorientação foi um processo norteado por respeito, cumplicidade, troca e humildade. As contribuições teóricas e paciente possibilitaram amadurecimento, aprendizado e segurança para concluir essa jornada.

A minha mãe Josefa de Souza Silva, “*De todo o amor que eu tenho metade foi tu que me deu*” agradeço pelo amor, apoio e, principalmente pelas orações que me fortaleceram quando eu pensei em desistir.

A meu Pai Antônio José Fernandes da Silva, agradeço-te por ser o homem que mais admiro nesse mundo e por sempre me alegrar com o seu humor capaz de espantar qualquer tristeza que desfigura minha face.

A minha irmã preta: “*Salve! Salve! Essa negra que axé ela tem*”- Leidiane de Souza Pereira, além dos laços consanguíneos a negritude nos conecta fortemente. Obrigada por ser uma mulher resistente, bela e aguerrida. Não consigo aqui enumerar quanta admiração tenho por ti.

A meu irmão Marcos Vinícius de Souza Silva: “*Na grandeza desse homem eu vejo um menino*”, o meu “*meninão*”. Todas as demonstrações de carinho manifestadas por abraços, cheiros, beijos faz com que eu me sinta amada incondicionalmente. Agradeço até pelos apelidos carinhosos que me irrita facilmente, mas, não me faz perder a graça.

A minha sobrinha Hadassa de Souza Silva, “*Não sei se o mundo é bom, mas ele ficou melhor quando você chegou*”. Minha pequena, tudo fica mais lindo e feliz com tua presença.

As minhas Marias “avó mãezinha e avó mainha” (in memoria), onde tem amor sei que vocês estão sou grata pela herança ancestral e sigo honrando todos os ensinamentos que me deixaram.

A meu melhor amigo, irmão, e companheiro de sempre: Jean Bezerra da Silva que me presenteou com uma amizade duradoura e afetuosa.

As minhas “amigas irmãs especiais” a quem devo muito Misleyanne Alves Rosa, Marciara Benedito Ribeiro e Amanda Granjeiro Santana por me mostrarem todos os dias que “*Verdadeiras amizades continuam a crescer, mesmo a longas distancias*”. Vou levá-las comigo para sempre.

Aos/as amigos/as de turma Léia de Oliveira Ribeiro, John Jamerson da Silva Ribeiro, Sara Gonçalves Figueiredo de Sousa, Herlon Costa Conceição e Raul de Souza Silva. “*Do lado de cá tem música, amigos e alguém para amar*” obrigada pelas risadas trocadas nos perrengues entre uma disciplina e outra, pelas as rodas de conversa recheados de carinho e cuidado, e ainda por compartilhares comigo nos bares de Imperatriz bons goles de cervejas gelada.

As professoras avaliadoras Priscila Coimbra Rocha e Betânia Oliveira Barroso, pela disponibilidade, cuidado e respeito com minha escrita. “*E você aprende que realmente pode suportar... que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais*”. A avaliação empática e acolhedora de ambas deixou a continuidade do processo menos denso.

As mulheres maravilhosas que participaram da pesquisa pela credibilidade e confiança de se exporem para materialização desse estudo. “*Cada vez que encontro outras mulheres para partilhar histórias nos tornamos terra fértil*”.

As minhas amigas de trabalho: Morgana Meirelys Queiroz Fernandes, Lia Quimberli Mota Santiago, Nayara Costa Silva e Terezinha de Paiva Silva pela parceria, quando precisei me ausentar para as atividades acadêmicas, pela preocupação que sempre demonstraram ter comigo, pelas palavras de incentivo e conforto nos momentos tortuosos.

A Kelder Lacerda, “obrigada por manter a coragem de gostar de mim, apesar de mim”. Existem pessoas que são presentes divino em nossas vidas e você ocupa esse lugar na minha.

E por fim ao PPGFOPRED Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas por descentralizar o ensino e nos oportunizar acessar o mestrado em uma cidade no interior do maranhão.

Todas as manhãs junto ao nascente dia ouço a
minha voz-banzo, âncora dos navios de nossa
memória. E acredito, acredito sim que os nossos
sonhos protegidos pelos lençóis da noite ao se
abrirem um a um no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda
terra onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.

(Conceição Evaristo).

RESUMO

Nome do autor: Cíntia Valéria de Souza Silva

Título do trabalho: Mulheres Negras Militantes na Educação em Açaílândia, Maranhão

Linha de pesquisa: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares

Vivemos em uma estrutura sedimentada pelas opressões de gênero e raça que atinge a população negra, em especial as mulheres, que, desde o processo de escolarização, são silenciadas e atingidas por uma política educacional que não contempla a pauta racial como prioridade na agenda. Frente a essa realidade, este trabalho tem como objetivo compreender a trajetória educacional de mulheres negras e militantes no município em Açaílândia, Maranhão, Brasil. A base teórica é fundamentada preferencialmente em autoras negras, almejando fortalecer e dar visibilidade para estas literaturas, assim temos nomes como: Ribeiro (2018), Hooks (2019), Gomes (2012), Davis (2018), Silva (2019). Para tanto, utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa, com o método da história oral e a técnica de pesquisa entrevistas semiestruturadas. Diante do estudo, foi possível inferir que as trajetórias de vida todas foram, em algum momento, marcadas pela nocividade do racismo, exigindo destas sujeitas luta constante pela efetivação de direitos. Acreditamos que é urgente pensar a construção de um projeto de educação que reconheça e valorize as identidades negras. Contudo, como produto desta dissertação, elaboramos um podcast com as narrativas exposta em uma roda de conversa, pois entendemos que está ferramenta é um instrumento educativo que tem o poder de compartilhar histórias, saberes e, principalmente, ações antirracistas no contexto educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Racismo. Educação.

ABSTRACT

Practices We live in a structure sedimented by gender and racial oppression that affects the black population, especially women, who, since the schooling process, are silenced and affected by an educational policy that does not consider the racial agenda as a priority on the agenda. Faced with this reality, this work aims to understand the educational trajectory of black women and militants in the municipality of Açailândia, Maranhão, Brazil. The theoretical basis is preferably based on black authors, aiming to strengthen and give visibility to these literatures, so we have names such as: Ribeiro (2018), Hooks (2019), Gomes (2012), Davis (2018), Silva (2019). For that, we used the qualitative approach as methodology, with the oral history method and the research technique semi-structured interviews that were carried out with three black women. In view of the study, it was possible to infer that all life trajectories were, at some point, marked by the harmfulness of racism, demanding from these subjects a constant struggle for the realization of their rights. We believe that it is urgent to think about building an education project that recognizes and values black identities. However, as a product of this dissertation, we intend to create a podcast with the women's narratives, as we understand that this tool is an educational instrument that has the power to share stories, knowledge and, mainly, anti-racist actions in the educational context.

KEYWORDS: Black Women. Racism. Education.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDVDH-CB	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán
CFES	Conselho Federal de Serviço Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
ENFOC	Escola Nacional de Formação da CONTAG
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA	Maranhão
MN	Movimento Negro
MST	Movimento Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
SESO	Serviço Social
UFT	Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Infância.....	26
Imagem 2 - Desfile municipal no dia da Independência do Brasil.....	27
Imagem 3 – Sou uma, mas não sou só.....	28
Imagem 4 - Aniversário de 82 anos da minha avó Maria Fernandes	31
Imagem 5 -Aniversário de 80 anos da minha Mainha Maria Pinheiro.....	32
Imagem 6 - Palestra no Encontro de Assistentes Sociais de Açailândia com o tema “O enfrentamento do Racismo no Cotidiano”	32
Imagem 7 - Roda de conversa sobre feminismo com a junina Flor de Mandacaru	35
Imagem 8- Encontro dos trabalhadores.....	35
Imagem 9- Guerreiras de Daomé Filme Mulher Rei.....	80
Imagem 10- Mística.....	81
Imagem 11- Apresentação Conceição Evaristo.....	87
Imagem 12- Produção escrevivências.....	89
Imagem 13- Produto Final.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização das participantes da roda de conversa	80
---	----

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	15
Travessias de uma aprendiz.....	15
1 INTRODUÇÃO	28
1.1 Estado da arte	35
2 GÊNERO E RAÇA CATEGORIAS ESTRUTURANTES NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL.....	37
2.1 A pauta das mulheres negras: uma luta em movimento	44
3 NARRATIVAS INSURGENTES: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE MULHERES NEGRAS.....	53
3.1 Trajetórias de vida: “histórias pretas para contar”	53
3.2 A militância negra: um caminho de resistência e luta	55
3.2.1 Nanisca	51
3.3 Racismo e processos formativos	59
3.3.1 Nawĩ.....	59
3.4 A voz de uma professora negra no enfrentamento ao racismo	64
3.4.1 Izogie	64
4 GIRANDO A RODA: ENCONTRO DE PARTILHAS, MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NEGRAS.....	68
4.1 Escrivência.....	78
4.2 Produto Final	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES	94
ANEXOS.....	103

MEMORIAL

Travessias de uma aprendiz

Tudo que escrevo é profundamente marcado pela minha condição de mulher negra na sociedade brasileira (EVARISTO, TV PUC - RIO, 2017).

Durante muito tempo na minha vida a inserção no mestrado era um sonho muito distante por mais que estivesse vontade, eu não conseguia participar do processo seletivo por acreditar que esse lugar não poderia ser meu ou que não tinha capacidade suficiente para ocupá-lo. Ainda que hoje eu tenha a convicta consciência de quem eu sou e das minhas potencialidades como mulher negra o racismo estrutural continua querendo me limitar. No entanto, contrariando tal perversidade hoje eu escrevo emocionada o meu memorial, pois sou uma pesquisadora que produz conhecimento e partilha com outras mulheres.

Para me tornar quem hoje sou, percorri caminhos longos e desafiantes. Sou uma mulher resultante do que passei. Portanto, sou tocada pelo texto “Viver sem tempos mortos de Simone de Beauvoir que foi no Brasil interpretada pela atriz Fernanda Montenegro em 2012, quando afirma: “ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações a minha cultura e meu corpo”. Compartilho nestes escritos momentos e memórias que considero importantes para minha travessia até aqui.

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais (THOMSON, 1997, p. 57).

A minha existência intercruza o presente e o passado. Assim, peço licença para apresentar-me, eu sou fruto do amor de dois “jovens” apaixonados, Antônio José Fernandes da Silva e Josefa de Souza Silva que se conheceram e começaram uma história de afeto em meados de 1980, no interior do Maranhão, na cidade São Francisco do Brejão que deu origem a dois outros seres de luz meus irmãos Leidy e Marcos.

Cíntia Valéria de Souza Silva, ariana e segunda filha do casal, vim ao mundo por meio de um parto cesariano, no dia 21 de março de 1988, às 24h, no hospital Geral do município de Açailândia, cidade estimada em 113.783 habitantes, segundo dados do IBGE de 2021, sendo que desse quantitativo, 12.680 pessoas se consideram pretas.

Imagem 1 – Uma infância Feliz



Fonte: Arquivo pessoal da autora (1991).

Está é uma das poucas imagens que tenho da minha infância, guardo ela com muito carinho e acredito que ela carrega uma simbologia de espiritualidade que necessita ser preservada. Minha mãe me contou que este dia era importante para família, eu estava radiante de felicidade, pois era a data do meu batizado, que como ela mesmo me ensinou respeitando os seus princípios religiosos é o momento do primeiro sacramento, a consagração do meu nascimento. Para ela, através deste elemento eu estaria protegida e preparada para seguir meus caminhos.

“Eu sou o sonho dos meu pais que era o sonho dos avós, que eram sonhos dos meus ancestrais” (EMICIDA, 2020). A chegada de uma criança sempre traz alegria para um lar, a minha não foi diferente. A família me abraçou formando uma rede de apoio para contribuir nos meus cuidados, enquanto minha mãe precisava trabalhar para garantir o sustento. Nesse contexto, ela se dividia entre as atividades doméstica, maternidade e o ofício de ser professora ao qual eu herdei o gosto pelos estudos, já meu pai se virava como pedreiro, construindo e reconstruindo casas pela cidade.

A vida desse casal nunca foi fácil, pois ambos advindos de famílias desfavorecidas economicamente tiveram que enfrentar as durezas da vida, no entanto, esse nunca foi motivo para esmorecimento. Depois da minha chegada em buscas de melhores condições, minha mãe começou a procurar novas oportunidades, foi quando passou no concurso público municipal de Açaílândia e viemos residir aqui. É esse lugar que vivo atualmente, é daqui que tenho os melhores devaneios de uma infância leve e feliz. “Na lembrança, o passado se torna presente e se transfigura, contaminado pelo aqui e agora” (SOARES, 2001).

Minha trajetória educacional se iniciou em terras açailândenses, em uma escola pública de bairro periférico, nomeada por Escola Municipal Gastão Vieira, tal qual minha mãe lecionou e alfabetizou muitas crianças atingidas pelas vulnerabilidades sociais de um sistema marcado pelas desigualdades sociais e as hierarquias de raça, gênero e classe.

Imagem 2 - Desfile municipal



Fonte: Arquivo pessoal da autora (1995)

A escola, apesar de ser uma instituição onde se constroem saberes, também pode ser um ambiente hostil e adoecedor, pois foi nesse espaço que, ainda criança, fui dolorosamente atacada por minhas características físicas de mulher não branca e fora do padrão. Nestas ocasiões, nunca fui acolhida, protegida, isso porque a escola, os educadores não estavam preparados para essas questões.

A falta de formação e habilidades dos educadores para lidar com as relações do cotidiano marcadas por discriminações os leva a medidas não problematizadoras da diferença, apelando para convicções como: “Todos merecem respeito porque são filhos de Deus” ou “E daí que você é negro, o importante é que você tem saúde” (SANTOS, 2001 p.105).

Com isso, surgiu um sentimento de culpa, como se as nossas dores se tornassem invisíveis, o olhar de desaprovação causa a certeza de que algo está errado e que nós somos o problema. Assim, comecei ser atacada pelos colegas e as ofensas se perpetuaram durante o ensino fundamental e médio, de modo que me despertou inquietudes relacionadas a minha história e identidade negra. Conforme Ribeiro (2018, p.15), compreendi que existia uma máscara calando não só a minha voz, mas minha existência.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. “Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005, p.43).

Imagem 3 – Mulheres que Inspiram “Sou uma, mas não sou só”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

Enxergar outras mulheres negras dentro de casa, embora não aliviasse a minha dor, mostrou-me que eu não estava sozinha. A minha mãe e minha irmã são minhas referências de vida, se hoje estou aqui, foi porque as duas seguraram minha mão e não me permitiram desistir diante das inúmeras dificuldades que perpassam a trajetória de uma mulher negra, estudante, pobre e cotista.

Conforme Oliveira e Silva (2021), crianças/mulheres negras encontram dificuldades, no que tange à construção de identidades, isso porque vivenciam processos formativos que reproduzem uma história de subalternidade e menos valor da população negra.

Na escola, somos conduzidos a perceber o negro de forma pejorativa, somos ensinados que nossos traços são feios. “Os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania” (SILVA, 2005, p.21).

Ademais, nesse contexto, intensificam-se, nos jornais e na realidade social, mortes, violências contra pessoas negras e a pauta racial ganha notoriedade no meu universo de estudante e, também, alvo desses agravamentos. A questão racial interpela a minha vida desde o meu nascimento que, não por acaso, é o dia nacional na luta e combate à discriminação racial. Meu corpo habita uma pele negra de resistência e sonhos que luta cotidianamente para sobreviver, em uma estrutura hegemonicamente branca e racista que tenta apagar e negligenciar nossa história.

Sobre isso, concordo com a escritora Chimamanda Adichie, quando alerta sobre os perigos da história única que rouba a nossa dignidade e nos coloca como uma unidade, desconsiderando, assim, nossas particularidades. Não somos apenas indivíduos que foram escravizadas como conta a literatura, esse lugar nos limita à condição de subalternidade e

invisibiliza a cultura e a sabedoria do nosso povo e, ainda, internaliza um imaginário negativo e estereotipado que faz com que tenhamos resistência em assumir nosso pertencimento racial. “É assim que se cria uma história única: mostre um povo uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2009, p.12).

A história nos representa, de modo a legitimar um lugar de desprestígio, em que estamos, na maioria das vezes, representados nos espaços como tudo aquilo que se aproxima ao mal, vilão, o bandido nos restringindo à escravidão e marginalidade. “Minar a nossa autoestima é uma das ferramentas utilizadas pela branquitude para criar uma narrativa de poder e nos colocar num lugar de subserviência onde podemos ser restringidas” (NASCIMENTO, 2021, p. 14).

Não imune a esse contexto, eu sou mais uma mulher que cresceu tendo que lidar com o apagamento e mesmo não compreendendo essa desumanização, já me causava bastante desconforto. Quando eu conclui o ensino médio junto aquela pressão e obrigação imposta pelo sistema capitalista, aliada à responsabilidade de ter que trabalhar para se manter, eu consegui meu primeiro emprego de carteira assinada, essa experiência me mostrou que aquele espaço era “pouco” para mim, não me fazia naquele momento inteiramente satisfeita e, assim, eu comecei fazer vestibulares e sonhar com a vida acadêmica que era longe da minha realidade de mulher negra e assalariada, porém, não impossível para quem ousa sonhar, pois eu sou como Fernando Pessoa e “tenho em mim todos os sonhos, o mundo” (2010, p.287).

Em meio a algumas tentativas de mudanças, em 2011, com 23 anos de idade, fui aprovada em uma universidade pública, decidi sair de casa para estudar. Com o coração partido, por ter que deixar a família, mas certa de que esse caminho transformaria minha trajetória, segui acalentada pelo som dos Engenheiros do Hawaii que diz: “seguir viagem, tirar os pés do chão, viver a margem correr na contramão...”.

Corajosamente, mudei de estado e adentrei no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema. Nesse período, posso afirmar que comecei a busca pela compreensão do meu lugar de mulher atravessada pelas intersecções de classe, raça e localização geográfica. Para essa jornada, tive como contribuintes fundamentais a literatura negra e a vivência formativa em Seso.

O Serviço Social foi implementado no Brasil como curso de formação superior no final da década de 1930 e, no Tocantins, teve sua criação em 2006, na UFT. É uma área de conhecimento comprometida com a classe trabalhadora e a defesa intransigente dos direitos humanos (BRASIL, 2012). Ingressar em uma formação profissional que defende um projeto ético político preocupado com a luta social, possibilitou-me reflexões articuladas aos valores

democráticos direcionados por uma postura dialógica e crítica sobre a realidade e os respectivos determinantes históricos, sociais e políticos. Conforme Silva (1984), a concepção de formação profissional ultrapassa o momento acadêmico que se passa na Universidade e na graduação, pois é um processo dialético, dinâmico e permanente.

No entanto, para além da sala de aula, transitei outros ambientes, um deles foi como integrante do Centro Acadêmico de Serviço Social, em que podíamos, de forma coletiva, reivindicar nossas pautas e lutar pela efetividade de uma política estudantil que garantisse a permanência na Universidade; participei de grupos de estudos direcionados para a pauta racial e a literatura de assistentes sociais negras.

Outro ponto que merece destaque na minha formação foi a participação no grupo de estudo “Ovelhas Negras”, coordenado pela professora Graziela Shefer, responsável por me apresentar a história de Winni Madikizela Mandela, a primeira assistente social negra de Joanesburgo, uma mulher referência na luta antiapartheid, e de dona Ivone Lara, compositora, cantora e instrumentista, popularmente conhecida como a “dona do samba”, porém o que muitos não sabem é que antes da música, dona Ivone trabalhou anos como assistente social e é também considerada uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil. Lembro-me do quanto a trajetória de ambas me emocionava e me fazia ter a certeza de que o debate de raça e gênero era indissociável da minha formação. A literatura negra sempre foi um combustível para mim e me conectar com essas referências históricas somente me deram a certeza de que esse era o caminho que eu devia seguir.

É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografia da razão. É um convite para um mundo no qual as diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde existem outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação (RIBEIRO, 2018, p.27).

E, partindo dessas vivências, eu passei a me colocar como negra em todas as minhas narrativas e, por seguidas vezes, fui questionada por essa assunção. Mesmo estando em uma turma majoritariamente feminina e negra, essa autoafirmação não era normal, pouco se falava no assunto e minhas companheiras de turma não se sentiam pertencente nesse lugar e ainda questionavam a minha declaração. Essas atitudes foram me incomodando, eu queria problematizar os motivos desse silenciamento, eu sentia que aquele espaço, mesmo sendo um local de aprendizagem, continha o desconhecimento sobre a nossa própria história, o receio, a vergonha e o medo que o racismo ocasiona nas nossas relações, potencializando a não assunção dessas identidades como negras. Deste modo, no meu trabalho de conclusão, refleti acerca da questão racial no processo de formação profissional.

O racismo, enquanto elemento estrutural e estruturante das relações e utilizado enquanto engrenagem para potencializar a máquina de exploração/dominação do capital, se apresenta também como uma forma ‘normal’ de funcionamento das instituições. É por isso que compreendemos que, para sermos, de fato, antirracistas, é necessário construirmos uma formação com sustentação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política antirracista, que possibilite a construção de competências e habilidades de enfrentamento ao racismo nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que estivermos atuando como Assistentes Sociais (CFES, 2020, [online]).

É inegável a relevância desse debate em uma profissão que lida cotidianamente com a população negra. A luta antirracista é parte da nossa agenda política. Hoje, eu consigo compreender que toda a minha trajetória, as leituras, os professores negros e não negros, a vivência acadêmica e no movimento estudantil contribuíram para construção e aceitação da minha história, negritude e da minha ancestralidade.

Em setembro de 2019, na Bienal do livro em Pernambuco, o jornalista e pesquisador baiano Muniz mencionou que o ancestral é uma voz ética de alguém que já morreu, no entanto, que permanece vivo em nós, são ancestrais que continuam a existir e nos interliga com nossas origens.

Ancestralidade é fonte de vida, sabedoria, identidade, pertencimento e criatividade, é o fio que tece passado, presente e futuro, formando uma teia de relações que conecta humanidades. É também a memória que transcende espaço e tempo para recriar futuros possíveis e saudáveis (DIASPORA BLACK, 2022 [online]).

Compartilho dos dois conceitos e pensar ancestralidade me conecta às minhas avós “Marias” Pinheiro (*in memoriam*) e Maria Fernandes (*in memoriam*), ambas mulheres negras que vivenciaram a nocividade do racismo, analfabetismo e patriarcado, as histórias contadas por elas são sempre de dor e sofrimento, se não é fácil ser mulher hoje, menos ainda foi há décadas, em que a mulher era condicionada à subserviência e procriação. Como já dizia Milton Nascimento (1978), na canção Maria, Maria: “Quem traz na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida”.

Imagem 4 - Aniversário de 82 anos da minha avó Maria Fernandes



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Imagem 5 -Aniversário de 80 anos da minha Mainha Maria Pinheiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2010).

Tenho certeza de que muito de mim herdei da resistência dessas heroínas e de tantas outras que me antecederam e lutaram incansavelmente, para que hoje eu pudesse ter acesso a espaços que antes somente eram concebidos para figura masculina. A educação, a universidade, eu reconheço como o mais grandioso deles, pois é aqui, por meio da escuta, escrita, leitura e, sobretudo, da minha atuação profissional que eu estou a passos lentos ressignificando e protagonizando minha história.

Ser assistente social foi uma escolha assertiva, é uma função que permite, antes de tudo, acolher e ouvir as pessoas e o meu lugar nesse processo é intervir, no sentido de efetivar e garantir os direitos humanos onde eles forem ameaçados e violados. “O cotidiano profissional das (os) assistentes sociais tem se confrontado com um leque de situações que caracterizam exclusão, discriminação, exploração, opressão, desigualdade social, relações de poder, violência, entre outras” (LISBOA, 2010, p.72).

Imagem 6 - Palestra no Encontro de Assistentes Sociais de Açailândia realizado em maio de 2019 com o tema “O enfrentamento do Racismo no Cotidiano”



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Minha primeira experiência profissional foi em uma instituição de acolhimento¹ para crianças e adolescentes do sexo feminino, em que fiquei por três anos atuando com diversas violações de direitos e vulnerabilidades, dentre elas, a que mais me sensibilizava era a incidência de meninas negras institucionalizadas, ou seja, é um determinante que comprova a questão racial mais uma vez interpelando minha profissão como demanda cotidiana.

Quando olhamos para o tratamento de famílias negras no Brasil, pensamos o quanto se faz urgente falar sobre proteção e o racismo. Pensar a criança institucionalizada, que em sua maioria é negra, nos faz refletir por quais violações essas crianças e suas famílias passaram e vem passando ao longo dos séculos. As políticas públicas forjadas no contexto de um Estado capitalista, na prática, não atingem as demandas das famílias consideradas em vulnerabilidades sociais; isto é, aquelas compostas majoritariamente por pessoas negras (LINO; SOUZA, 2022, p. 108).

Na condição de assistente social, atendi, acolhi e ouvi diversas famílias pretas que vivenciaram o processo de institucionalização ocasionado por uma gama de violações, como falta de acesso à moradia, violência doméstica e sexual, drogadição, dependência química, maus-tratos, negligência, desemprego e outros fatores que provocam graves consequências e atinge crianças e adolescentes de um núcleo familiar. Sabemos que esse cenário é reflexo do descompromisso do Estado em promover políticas públicas pautadas na promoção da igualdade racial e inclusão da população negra.

As famílias pobres e negras são culpabilizadas pelas condições e, nesse movimento, o Estado é negligente e se descompromete com o trato da questão. “O estado não atua

¹Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. BRASIL. **Orientação Técnica Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, Junho de 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf Acesso em 20 de novembro de 2020.

efetivamente sobre as reais demandas familiares (moradia, saúde, empregabilidade, renda, acesso à escola, lazer), acirrando dessa forma, a situação de risco dos integrantes do grupo familiar, incluídos, as crianças, mas ao mesmo tempo os responsabiliza” (SARAIVA, 2019, p.82).

Compartilhar o processo de trabalho que desenvolvi neste equipamento social, permitiu-me problematizar quem são os sujeitos e sujeitas que fazem parte do serviço de acolhimento, como a política de assistência social os compreende e, principalmente, a não naturalizar a institucionalização de meninas negras e pobres.

É impossível não correlacionar está escrita com os fatos históricos que acontecem neste exato momento no Brasil que faz a transição de um (des)governo autoritário, provedor de ódio marcado pela pobreza, fome e violência para a vitória de Luís Inácio da Silva que hoje é o atual chefe de governo e foi eleito pela massa popular com mais de 50 milhões de votos.

Diferente de tudo já visto na história brasileira, Lula oportuniza em sua gestão uma composição de 11 mulheres para assumir os ministérios, um número recorde na história da república, sendo nomes como: Aniele Franco; Margarete Menezes; Luciana Santos e Silvio de Almeida. Todos os mencionados são pessoas negras envolvidas na luta pela promoção da igualdade racial, bem como outras bandeiras de luta. Vê-los ocupando espaços de poder é simbólico, enche nossos corações de esperança, pois sabemos que esses cargos, em maioria, são ocupados por meio de apadrinhamentos e nepotismo que privilegiam pessoas brancas. Esta formação ministerial é representativa para uma sociedade machista que desacredita na capacidade feminina. Comungamos do pensamento de Aniele Franco (2023), quando ela, assertivamente, no discurso de posse realizado no Palácio do Planalto, dia 11 de janeiro do referido ano, proferiu:

“Não podemos mais ignorar ou subestimar o fato de que a raça e a etnia são determinantes para a desigualdade de oportunidades no Brasil em todos os âmbitos da vida. Pessoas negras estão sub-representadas nos espaços de poder e, em contrapartida, somos as que mais estamos nos espaços de estigmatização e vulnerabilidade”. (FRANCO, 2023, [online]).

A representatividade é uma categoria essencial para nós negros, ver os nossos em posições e lugares predominantemente branco, fortalece o protagonismo e nos motiva a caminhar em busca de uma cultura inclusiva e sem hierarquização. Se impor nesses cenários é uma maneira de buscar empoderamento. É existir, resistir e coexistir.

O empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós a libertação das mulheres amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. (SANDERBERG, 2006, p.2).

A minha resistência tem acontecido na militância, por meio da voz e da escrita, quando eu entendi que a minha pele preta incomoda, eu comecei a me movimentar. Contudo, não tenho caminhado por amor, mas pela dor que sinto por cada jovem que tem sua vida ceifada, pela mulher violentada, pelo trabalhador escravizado, pela criança atravessada pelo racismo e todos estes possuem a mesma cor. Não tenho a pretensão de diminuir outras dores e sei que tais fatalidades acontecem com todo mundo, todavia, a população negra é a principal vítima das maiores atrocidades que acontecem hoje no Brasil. Como criticamente Elza Soares afirma na canção: “A carne mais barata do mercado é a carne negra que vai de graça para o presídio e para debaixo do plástico e vai de graça para subemprego e para os hospitais psiquiátricos”.

Para tanto, sempre acreditei no diálogo e na educação como mecanismos para romper essa estrutura. Uma educação que não se materializa unicamente no formato tradicional da escola, entretanto, pode ser executada informalmente no bate papo com amigos, na família, no trabalho ou qualquer espaço que tenha pessoas dispostas a ouvirem e aprender. Concordamos com Freire (1987, p. 44): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Ainda sobre isso, para Gohn (2011), a educação não formal acontece fora da instituição escola e designa um processo de formação para a cidadania, uma aprendizagem comunitária, social e popular que se preocupa com a realidade social. Um modelo que se difere do dominante, em que as instituições em os modelos rígidos controlam o que deve ser ensinado e como ensinar.

Imagem 7 - Roda de conversa com a junina Flor de Mandacaru com o tema Combate à Violência contra mulher realizada em setembro de 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

É importante que se desperte nas pessoas uma consciência crítica que permita com que elas percebam suas condições de opressão. “Somente quando os oprimidos descobrem,

nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor” (FREIRE, 1987, p.33).

Nessa perspectiva, eu sou um corpo político que caminho no sentido de superar este projeto opressor que ataca nossa pele, nossa cultura e nossa existência. Muito embora eu saiba que os espaços educacionais também não foram construídos pensando em nós, insistiremos até que nosso povo esteja acessando a academia, pesquisando e produzindo conhecimento científico e em qualquer lugar que desejarem estar. “Resiste, preta é o que sinto vontade de dizer. Sua raiz tem profundezas ancestrais” (LEÃO, 2017, p.12).

O cenário mencionado provoca lembranças de todas as que vieram antes de nós, dos enfrentamentos travadas, para que possamos ter direitos garantidos. Ainda que com as retinas fadigadas, necessitamos lutar. Hoje, trabalho no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos humanos Carmem Bascarán de Açailândia (CDVDH-CB).

Uma Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como missão ‘a defesa da Vida digna onde for mais ameaçada e os direitos humanos aonde forem menos reconhecidos, com atenção privilegiada às pessoas mais empobrecidas, exploradas e oprimidas’ (BRASIL, 2019, p.01).

A ONG, com 26 anos de existência, tem como foco de atuação o combate ao trabalho análogo à escravidão. Esta é uma característica que se intercruza ao meu objeto de estudo. Açailândia é um dos municípios que conta com essa prática ilegal (CDVDH, 2011). Atento e preocupado com essa violação, o centro realiza atendimentos sociais, jurídicos e psicológicos, por meio de ações articuladas e integradas com equipamentos sociais e políticas públicas que contribuem para o rompimento da escravização contemporânea e de outras violações que ferem a dignidade humana.

Imagem 08- X Encontro de Sobreviventes do Trabalho Escravo realizado em maio de 2023



Arquivo: CDVDH-CB.

As intervenções sociais que fazemos com essas vítimas perpassa principalmente pelo acolhimento e pela orientação. Em alguns casos que configuram trabalho escravo, muitos dos trabalhadores não reconhecem que estão submetidos a essas condições, identificam que estão sendo explorados, mas não o suficiente para nomear como tal. Além do que, é uma situação complexa que exige cuidados, por apresentar riscos às vítimas que nem sempre estão dispostas a fazer a denúncia.

Dito isso, o trabalho escravo contemporâneo é uma herança colonial que foi construída às custas da força de trabalho e mão de obra barata de homens e mulheres negras que tiveram suas vidas roubadas, conduzida pela ganância humana de uma estrutura econômica e mercantilista que gerou muitas exploração e disparidades sociais.

A despeito dos direitos humanos, o centro atua em diversas pautas, como raça, gênero, sexualidade, política agrária, direitos trabalhistas, meio ambiente, entre outros. Eu reconheço que não posso jamais me ausentar dessas lutas, pois onde estiver um direito sendo violado, tenho, enquanto defensora de direitos humanos e assistente social, o compromisso ético de intervir em prol da dignidade dos sujeitos.

II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras (BRASIL, 2012, p.23).

Para tanto, dentro da minha pouca vivência junto ao CDVDH, tenho compreendido, a cada dia, a relevância dessa organização para a população açailandense, no que concerne à defesa de direitos humanos.

Os reflexos de uma sociabilidade de valores opressores e excludente me conduzem a buscar respostas por dores não somente minhas mais de milhares de pessoas pretas neste país. Quando ainda na graduação, decidi escrever sobre essa temática eu sabia que não seria fácil, assim como também não é ocupar uma vaga em programa de pós-graduação. A minha escrita é para validar nosso lugar e ecoar vozes de mulheres negras que assim como eu, em algum momento de suas vidas, são atingidas pelas armadilhas do racismo.

Contudo, eu preciso finalizar este memorial cantando com Sued Nunes (2021): “Nessa terra, nesse chão de meu Deus, sou uma, mas não sou só. Tenho em mim mais de muitos, sou uma, mas não sou só”. Eu sou povoada por mulheres infinita

1- INTRODUÇÃO

A construção sócio-histórica brasileira é sedimentada em uma estrutura patriarcal², de exploração e opressão pela qual mulheres e muitas delas negras são atingidas por um processo de desumanização e violação de direitos que se perpetua desde o período escravista até atualidade, isso se reflete em todas as esferas sociais, principalmente na educação. Trajetórias de vidas que foram e continuam sendo negadas, silenciadas e desconsideradas pela história e pelas relações de poder, principalmente quando se trata da população negra³.

Nesse sentido, para combater essas práticas, é fundamental pontuá-las como “mecanismo estruturante das relações sociais dentro e fora da esfera educacional” (SILVA, 2014, p.21). Os espaços externos as escolas são ocupadas por uma diversidade de pessoas e percepções equivocadas e violentas. É uma dinâmica de apagamento e banalização da negritude que destitui direitos de ser e poder. Ser uma mulher bem-sucedida economicamente e profissionalmente; poder acessar lugares, posições e direitos que fortaleçam suas identidades.

É nessa realidade de contrastes social e tensões históricas que se aponta a necessidade de refletir uma educação feminista e antirracista, em que mulheres e meninas sejam protagonistas e não mais condicionadas a lugares de subserviência e inferioridade. A educação deve estar a serviço da emancipação política e propiciar condições de inserção que considere os aspectos culturais e do cotidiano da vida destas sujeitas para dentro das instituições escolares.

A escola pública é um espaço de construção de saberes e tem como missão propiciar um convívio humano plural e de respeito às diferenças como parte de uma formação cidadã, por meio de perspectivas que sejam pautadas na valorização de identidades, na não exclusão, na igualdade social e de oportunidades, sobretudo pela defesa e pelo reconhecimento de direitos. Para que isso aconteça Sacristán (2000), afirma que é necessário repensar a construção de recursos e experiências de ensino aprendizagem.

Sendo a escola uma instituição social do Estado, esta atua como ferramenta de perpetuação de poder dos grupos hegemônicos. Através dos estudos interseccionais atravessados pelas relações de poder baseados no recorte de raça e gênero, é possível afirmarmos que crianças negras, principalmente meninas/mulheres negras ao longo de seu processo formativo encontram dificuldades no que tange a construção de suas identidades (OLIVEIRA; SILVA, 2021 p.26).

²Tiburi indica que o patriarcado é um sistema constituído por relações de poder “[...] de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa administrados por pessoas que têm o interesse básico de manter seus privilégios” (TIBURI, 2018, p. 40).

³Entendemos como população negra: “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usando usado pela Fundação Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam a definição análoga” (BRASIL, 2012, p.8).

É difícil construir uma identidade negra em um país que desde a infância, por meio dos livros didáticos, colabora para construção de um imaginário negativo e folclorizado de pessoas pretas, pois essa formação é consequência de um contexto histórico de silenciamento e apagamento que carecem urgentemente serem questionados.

Assim, corroboramos com Freire (2019), quando a educação é uma ferramenta para superação da condição de oprimido. A educação deve estar a serviço de uma práxis pedagógica que seja conduzida de forma a favorecer o conhecimento, a aprendizagem e esteja a serviço da libertação das pessoas contra um sistema que aliena o homem.

A presente pesquisa intitula-se “Mulheres Negras na Educação no município em Açailândia, Maranhão”. A figura feminina sente os atravessamentos do patriarcado, pois vivemos em um sistema marcado pelo machismo, racismo, colonialismo que nos trata de forma desigual.

Desse modo, a motivação para este estudo surgiu a partir da atuação profissional no Serviço Social que se debruça em uma realidade marcada por grandes desigualdades e violações de direitos que tem a questão racial como demanda presente no cotidiano de trabalho, portanto, centra-se em uma intervenção pautada no empenho e na luta pela eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Os desdobramentos de uma vivência marcada por determinantes opressores conduzem desconforto e perpassaram dores, que nos tensiona a desnaturalizar questões como: a inexistência ou pouca presença de professores negros em determinados espaços educacionais; a subalternidade da mulher em relação ao homem; a ausência de núcleos de estudo referente à temática gênero e raça e, principalmente, a pouca visibilidade ao debate nos processos de formação. Essas indagações são frequente e necessitam de investigações. Para tanto, com esta dissertação, a pesquisadora pretende aprofundar os conhecimentos teóricos e trilhar um caminho com a referida temática.

Entendemos que uma educação democrática, plural e livre de preconceitos somente é possível por meio de saberes que também sejam feministas e que valorize a diversidade racial e o compromisso com a liberdade e a justiça social. Para Freire (2000), ainda estamos no processo de aprender fazer democracia e esse caminho se constrói por meio do combate contra todos os tipos de autoritarismo.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo encha de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanisticamente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de

conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (Freire, 1985, p. 79).

Todavia, uma realidade social comprometida com a democracia, a liberdade e a justiça social fazem parte de uma perspectiva pautada por Freire por meio de uma educação libertadora. “Uma intervenção que implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. (Freire, 2000, p. 110). É a partir do desmascaramento, da problematização das opressões sejam elas quais forem que compreendemos a educação democrática como uma possibilidade de um mundo mais inclusivo e livre humanizado.

Portanto, o interesse interventivo na área da educação justifica-se por acreditar que ela é uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade transformadora, capaz de tornar os sujeitos mais conscientes e críticos, em uma perspectiva libertadora e emancipatória.

A pesquisa é de grande relevância e a singularidade do objeto investigativo trará significativas contribuições científicas e social para Açailândia – Maranhão, na medida em que se propõe refletir a educação de e por mulheres negras, atrelada a uma perspectiva antissexista e antirracista, pois os diálogos nesse contexto devem se mediatizar de forma coletiva, consciente e mobilizadora, em prol de uma política educacional que conceba a inclusão e fomenta o amadurecimento e a amplitude da discussão.

A dissertação propõe-se em pesquisar a trajetória educacional de mulheres negras no município em Açailândia-Maranhão. No cenário histórico brasileiro, as diferenças de gênero⁴ e étnico-raciais foram naturalizadas, esse fenômeno se reflete em violência e profundas desigualdades em várias dimensões da vida social. Desta forma, quando a formação, a escola, evidencia a discussão, as práticas, os projetos e as políticas voltadas para a diversidade e o debate da desigualdade ganham força e contribuem para desmistificação dos processos de reprodução dessas disparidades.

No que se refere ao sistema educacional, este nem sempre desenvolve saberes que problematizem as relações de gênero e étnico-raciais. Preocupada com essa questão que recai sobre nossa realidade e, sobretudo, nas escolas, é preciso estar conectadas a essas demandas, no sentido de garantir uma educação antirracista, com vistas a contribuir na construção de respeito, diversidade e enfrentamento ao racismo e o sexismo. Não há como transformar a educação, se não nos transformamos enquanto sociedade e sujeitos. O processo de

⁴De acordo com Scott (1995), o termo "gênero" é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. A autora afirma que a concepção de gênero está fundamentada por diversas formas de subordinação feminina. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p.75).

desconstrução antecede os muros da escola e passa pelo reconhecimento de atitudes, ainda que aparentemente sutis, de racismo, machismo e patriarcado (BARBALHO; CHAGAS, 2021).

Esta pesquisa almeja responder às indagações preliminares: como as categorias gênero e raça⁵ são compreendidas na formação histórica da identidade negra no Brasil? Quais as ações educativas desenvolvidas pelas mulheres negras militantes que contribuem para construção de uma educação feminista e antirracista no município em Açailândia, Maranhão? Destacando se o problema: de que forma foi construída a trajetória educacional das mulheres negras militantes no município em Açailândia, Maranhão?

Frente a isso, buscamos problematizar as hierarquias de gênero e raça e os respectivos agravamentos, a fim de pensar em estratégias que dialoguem, no sentido de contribuir para o fortalecimento do discurso de aceitação, antissexista, antirracismo e representatividade em nossa sociedade, em uma perspectiva de transformação social. A busca por respostas a essas inquietudes exige processo de conhecimento conectado com a realidade social, econômica política e cultural dos sujeitos/as envolvidos.

Ademais, temos como objetivo geral desta pesquisa compreender a trajetória educacional de mulheres negras militantes no município em Açailândia, Maranhão. E os específicos: discutir a partir da base teórica elementos estruturantes do conceito de gênero e raça; identificar nas narrativas das trajetórias educacionais de militantes negras, no município Açailândia, possíveis instrumentos de educação antirracista; elaborar um podcast com narrativas de mulheres negras, no intuito de contribuir para o protagonismo e a construção de uma educação emancipatória que respeite as identidades raciais.

Com relação ao percurso metodológico, entende-se por metodologia o caminho a ser percorrido, que orienta a ação investigativa, em que, por meio de reflexão crítica, descrevemos o que apreendemos. A pesquisa, ao ser uma forma de se investigar determinado fenômeno na sociedade, é um instrumento eficaz, na medida em que nos possibilita visualizar e situar um objeto na realidade social.

Assim, o lócus da pesquisa será em Açailândia, Maranhão, o município está na mesorregião do Oeste do Estado e pertence à Região Nordeste do Brasil. Destacamos, também, que a população de Açailândia está estimada, de acordo com os dados do IBGE (2020), 113.121

⁵o termo raça é aqui compreendido como um significado político, considerando as dimensões histórica e cultural no contexto brasileiro. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro, não falam baseados em raça inferior ou superior, mas para demonstrar uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, pois o racismo se dá não apenas devido aos aspectos culturais e sim considerando os aspectos físicos na estética corporal desses indivíduos (GOMES, 2005).

pessoas. Sobre o total da população, de acordo com o Censo 2010, 72% declararam negra e 27, 2% não negra, e 31.443 eram jovens e destes, 23.072 jovens negros.

A escolha deste local ocorreu em virtude de ser a cidade em que nasci, me construí socialmente como mulher: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 08). Essa assertiva é uma provocação que marca a trajetória pessoal, profissional e acadêmica que começou a se configurar nos espaços sociais do referido município. Assim, é desse lugar as grandes referências de mulheres negras que contribuíram diretamente para autoafirmação e formação política como feminista e por ter realizado algumas ações educativas que se correlacionam ao tema aqui proposto, ou seja, isso possibilitará a investigação aproximações e vivências com as sujeitas a serem pesquisadas.

Nesse contexto, buscando chegar à apreensão do objeto de pesquisa, a presente dissertação utilizou como metodologia a história oral que possibilitou reflexões e narrativas sobre os fatos na voz das próprias sujeitas. “História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana” (FREITAS, 2006, p.05). No caso aqui problematizado, esta técnica permitirá, por meio do relato de histórias, conhecer a realidade dessas mulheres açailandenses, alcançar outras pessoas, levando informações por meio do diálogo e da escuta quanto à construção da educação, à autoafirmação, ao antirracismo dentre e outras temáticas que se correlacionam a discussão proposta.

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Este tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, através de suas referências e também do seu imaginário (FREITAS, 2006, p.53).

Acredita-se que a presente pesquisa possa contribuir significativamente na construção de um processo formativo de educação plural, igualitária em que o diálogo entre as sujeitas se estruture na não hierarquização de raças e no enfrentamento ao racismo e machismo.

A fundamentação teórica da pesquisa será contextualizada através de livros, revistas, artigos e sites especializados, visando compreender os enfoques teóricos a respeito do tema. Nesta perspectiva, pretendemos utilizar a pesquisa bibliográfica que conforme Severino (2007, p. 125), “é aquela que se desenvolve tentando explicar o problema, utilizando o conhecimento disponível, a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”.

As participantes serão mulheres de bairros variados de Açailândia e, nos critérios de avaliação, considerar-se-ão as que se autodeclararam como negras e com atuação na militância

em prol da luta antirracista, entre elas: uma professora umbandista da rede pública, uma educadora popular artista, uma quilombola membra do Conselho Municipal da Mulher. A variedade de perfis trouxe riqueza para as análises, no sentido de identificar as particularidades de cada trajetória educacional; incentivar a valorização da ancestralidade negra e o respeito à religião de matriz africana na educação brasileira e, por entendermos que os processos formativos não se limitam aos muros da escola, mas também se expandem a outros espaços coletivos e culturais.

A pretensão inicial era de entrevistar cinco mulheres, porém só conseguimos realizar três as outras por motivos de doença e agenda mesmo com seguidas tentativas não conseguiram se fazer presente nas datas marcadas. Nesta perspectiva, reajustamos o quantitativo de acordo com as possibilidades reais que se apresentaram no nosso cronograma. Os encontros aconteceram em locais escolhido por elas que variaram entre ambientes de trabalho e residências e tiveram durações máxima de uma hora. Para construção do produto, realizamos rodas de conversas entre as participantes com diálogos que versaram sobre as categorias racismo, identidade negra e educação no contexto popular e formal bem como ações antirracistas, dentre outras discussões que possibilite a transformação social e uma educação humanizadora.

As rodas de conversa, para Freire (2021), constituem instrumentos de reflexão sobre a posição no mundo e o poder de transformação. Situar as mulheres nesse contexto, é fazer com que elas, de maneira coletiva, possam falar, trocar, serem ouvidas e acolhidas nesses diálogos, sem nenhuma relação de autoridade ou imposição, mas de tomada de consciência do que são e querem ser. A roda elimina a figura do palestrante, todos são protagonista e condutores do processo, em uma relação dialógica e autônoma (OLIVEIRA, 2021).

De acordo com Freitas (2006, p.12), “denominamos de moderna História Oral àquele cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método”. A partir desse entendimento, outra técnica utilizada para a escuta dos sujeitos foi a entrevista semiestruturada que aliada à história oral, nos aproxima do objeto de pesquisa, bem como de seus determinantes, pois, na medida em que os instrumentos se aplicam aos saberes e às vivências cotidianas, os desafios da realidade social vão se dinamizando e o pesquisador vai se aproximando dos fenômenos a serem desvelados no desenvolvimento da pesquisa. Conforme Lakatos (2001), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante conversação de natureza profissional.

As entrevistas foram com questões semiestruturadas, pois, segundo Marsiglia (2006), é quando o pesquisador apenas coloca alguns tópicos para expressar o que pensa sobre eles. As entrevistadas ocorreram entre novembro e dezembro de 2022, em locais escolhidos por elas, para que assim pudessem se sentir mais confortáveis e seguras; as sujeitas foram três mulheres negras atuantes em diferentes espaços e frentes sociais, como em movimento social, conselho municipal, educação básica e popular. As narrativas foram transcritas de forma fidedigna, ética e cuidadosa para não fazer juízo de valor, respeitando o máximo possível a originalidade e espontaneidade das falas, estabelecendo, assim, relação de troca de e confiabilidade entre pesquisador e pesquisado. Vale lembrar de que resguardamos as identidades, para isso, as entrevistadas foram nomeadas de modo fictícios.

Portanto, a pesquisa atendeu às condições éticas do Programa do Mestrado de Educação da Universidade Federal do Maranhão e está aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Assim, utilizamos do formulário Termo de Consentimento Livre Esclarecido dos sujeitos/as que estão envolvidos com a pesquisa, respeitando os critérios de investigação e a metodologia indicada na Resolução CNS 196/96 que contém as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos.

Dessa forma, contamos com abordagem qualitativa, método capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no advento quanto na transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 1996).

Uma pesquisa qualitativa busca mais do que descrever objetos, mas também conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos pesquisados e a relação destas com o contexto macrosocial em que se busca conhecer. Atem-se a desvendar uma realidade que não pode ser quantificada, considerando crenças, valores morais, relações e processos sociais que não podem ser reduzidos à quantificação numérica.

Para alcançar os objetivos traçados nesta dissertação, desenvolvemos um caminho teórico metodológico na escrita reflexiva sobre a trajetória educacional de mulheres negras, buscando, assim, o entendimento e as interfaces desse processo. Assim, organizamos a pesquisa em três capítulos e, antes deles, trouxemos o memorial, em que discorremos sobre as minhas travessias enquanto um ser “aprendente”, pontuando as relações afetivas, os processos formativos e a experiência profissional como elementos constitutivos da minha construção indetitária, bem como as dores e dificuldades deste caminhar.

Dito isso, no primeiro capítulo, dialogamos com as categorias raça e gênero, trazendo alguns apontamentos de como esses fenômenos foram historicamente construídos, pautando o

debate dos movimentos sociais como mecanismo de enfrentamento e resistência das opressões fundadas pelas hierarquias sociais, triangulando com o contexto sócio-histórico das mulheres negras brasileiras.

Por conseguinte, no segundo capítulo, utilizamo-nos do método história oral. Apresentamos as mulheres negras, trazendo narrativas sobre trajetórias educacional, percurso de violação e opressão racial que estas foram e são submetidas cotidianamente, correlacionando, ainda, a militância e os possíveis instrumentos de atuação para construção de uma educação antirracista.

Nas reflexões do terceiro e último capítulo da dissertação, abordamos a roda de conversa que trouxe as narrativas do podcast, com o protagonismo de vozes negras. Foi realizado uma roda de conversa entre as participantes com diálogos versando sobre as categorias identidade negra, autoestima e antirracismo, no contexto da educação formal e popular dentre outras discussões que contribuam para uma educação que possibilite a transformação social e humanizadora destas e outras mulheres que são atingidas pela opressão racial.

Acreditamos que a maior potencialidade desse recurso é ecoar vozes que nem sempre são ouvidas, oportunizar um resgate histórico, em que elas serão protagonistas das próprias vivências. Compreendemos que o podcast será útil e poderá alcançar diversos espaços sociais que não se restringem à academia.

1.1 Estado da arte

Aqui vamos refletir sobre algumas produções e reverberar a importância do estado da arte para o processo de elaboração de escrita deste estudo. Entendemos que o estado da arte “contribui com a sistematização e organização de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais” (RAMONOWSKI; ENS, 2006, p. 38). Portanto, trazemos algumas pesquisas de teses e dissertações que refletem sobre a temática educação de mulheres negras, na tentativa de nos aproximarmos do objeto de pesquisa, bem como compreender como essas produções estão sendo desenvolvidas no meio acadêmico.

Pensar a articulação entre educação, cidadania e raça significa ir além das discussões sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes. Representa o questionamento acerca da centralidade da questão racial na nossa prática pedagógica, nos projetos e nas políticas educacionais e na luta em prol de uma sociedade democrática que garanta a todos/as o direito de cidadania. (GOMES, 2001, p. 83-84).

Assim, concordamos com a autora e entendemos que essa articulação implica na promoção de diálogos que percebam com criticidade a questão racial e como ela vem sendo

reproduzida nos processos formativos. Ao realizar a busca, inferimos que existe diversidade de abordagens teóricas sobre o tema explorado, porém, selecionamos, na tentativa de encontrar proximidade com o objeto estudado e que viesse de encontro com os anseios da pesquisadora. Utilizamos como banco de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertação – BDTD, determinando os critérios de seleção pela autoria de mulheres negras e que trouxeram em títulos esta categoria.

Dentre as produções que foram analisadas, fizemos uso para este trabalho das autoras Santos (2019) e Cruz (2020). Na leitura de Santos (2019), *Professoras negras: narrativas e memórias dos percursos escolares e de formação*, temos a abordagem qualitativa que se utiliza da metodologia de história oral e com a finalidade identificar a trajetória de vida das professoras negras, narrativas e memória.

A autora reverbera a importância da história oral, pois entende que as narrativas expressam experiências da vida individual e coletiva, pontuando o viver em sociabilidade enquanto mulheres negras em variados espaços. Conforme Santos (2019), as experiências verbalizadas pelas docentes nos percursos escolares e profissionais foram, em algum momento, marcados por dificuldades financeiras, preconceitos, racismo e discriminações.

A mesma autora considera o quanto o racismo impactou a trajetória escolar, acadêmica e profissional dessas mulheres e continua as silenciando, portanto, reafirma a necessidade de estudos que versem sobre a construção de políticas públicas, legislações e práticas direcionadas à formação para professores e de combate às desigualdades raciais que se manifestam nestas instâncias.

Entretanto, na observação dos escritos: *Trajetórias de vidas de mulheres negras e suas colaborações para a (re) Educação das Relações étnicos raciais*, de Cláudia Cruz 2020, que tem como personagens profissionais da educação, cujas trajetórias perpassam pela escolarização como um dos motivadores de emancipação, compreendemos a necessidade de não ficarem isentas das discussões relacionadas à questão racial, a fim de mostrar que são seres com consciência e formadoras de novos sujeitos.

Cruz (2020) apresenta, de forma cronológica, o desenvolvimento da educação no Brasil, os entraves e as dificuldades de acesso, destacando o racismo como o principal motivo para não permanência do negro na escola. “Precisamos rever nossas condutas enquanto educadores a fim de não permitirmos que práticas desumanizantes se estabeleçam no ambiente escolar e nas nossas relações” (p. 50). Deste modo, a leitura provoca reflexão acerca de um projeto de

educação defendido por Freire, no sentido de promover um diálogo em direção à emancipação e libertação das pessoas.

A autora identificou, por meio das entrevistas, que o racismo estrutural é a chave para compreender as disparidades entre a escolarização de negros e não negros. As narrativas reverberam que mesmo passados os anos e a melhor condição de vida atual, essas mulheres não esquecem as trajetórias e origens. Pelo contrário, reforçam os compromissos com as reflexões sobre identidade racial, recriando potencialidades e saberes.

Os dois trabalhos mencionados trazem pontos de análises importantes, na medida em que pontuam as categorias gênero, raça, racismo estrutural, situando mulheres negras nos processos de formação, aproximando-se dos anseios desta pesquisadora. É válido considerar que este tipo de estudo é de extrema importância, no sentido de direcionar o/a pesquisador a uma determinada área do conhecimento, possibilitando, assim, visão sobre o que foi produzido e como foi produzido, as fragilidades, as perspectivas teóricas entre outros determinantes que constroem as produções científicas.

Os trabalhos examinados apontaram a importância de um processo formativo que oportunize educação antirracista para construção de uma sociedade mais justa e equânime, voltadas para práticas que valorizem a historicidade negra e promova uma cultura de paz. É nítido o quanto o racismo e o machismo operam de forma violenta na trajetória de vida de mulheres negras, impondo punições severas de gênero, sofrimento e dores que até hoje não foram sanadas.

Os processos educacionais não podem jamais suprimir esses debates, muito pelo contrário, devem promover uma formação que ressignifique e potencialize positivamente a imagem do “ser negra”. Na medida em que esses determinantes se materializam, vão se causando transformação e conscientização social para um mundo antirracista.

À medida que as leituras das obras foram acontecendo, a pesquisadora foi revisitando a memória e se reconhecendo em algumas trajetórias de vida, tendo a certeza de que deve prosseguir com o objeto de estudo. Perante complexidade do tema, consideramos que não podemos esgotá-lo, mas pretendemos contribuir e incentivar a busca de novas abordagens.

2 GÊNERO E RAÇA CATEGORIAS ESTRUTURANTES NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

“A mulher negra é a síntese de duas opressões, de duas contradições essenciais: a opressão de gênero e da raça”.
(CARNEIRO, 2019, p 19)

Pretendemos, neste capítulo, apresentar a formação histórica da população negra, dialogando com as categorias gênero e raça na construção identitária. Muitas são as contradições que perpassam esse processo e envolvem controvérsias que encontram centralidade na estrutura sócio-histórico e político cultural do Brasil. Portanto, refletir essas questões é descortinar conceitos que são, por vezes, reprodutores de opressão, desigualdades e exploração.

Assim, pontuamos a luta dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro e o coletivo de Feministas Negras, na luta para a afirmação de direitos e o enfrentamento ao racismo, resgatamos eventos importantes que contribuíram historicamente para essa defesa.

As relações sociais de raça e gênero estruturam-se em uma lógica historicamente opressora, patriarcal e racista que subalterniza e invisibiliza corpos de mulheres negras. Refletir ambas as categorias, é descortinar um cenário de contradições e controvérsias que perpassam pela centralidade da formação sócio-histórico e política cultural do nosso país, pois vivemos em uma sociedade patriarcal que nega nossos direitos e inferioriza nossa condição feminina. Para Ianni (2004), vários desafios têm contribuído para o estudo das relações de raça no Brasil e que envolve uma dinâmica que se coloca em diferentes épocas e conjunturas históricas.

[...]As opressões históricas que nós mulheres enfrentamos cotidianamente, mesmo antes de aprendermos a nomeá-las, acontecem num contexto de um país estruturalmente racista, patriarcal, capitalista e heteronormativo. Estão, por isso, profundamente interligadas e influenciam preponderantemente toda a nossa existência e permanência no mundo. Dependendo do nosso pertencimento a uma determinada classe social ou a uma raça-etnia, são estabelecidas, além de diferenças, as desigualdades entre nós. Para as mulheres negras, além das imposições sexistas, desde a infância experimentam a invisibilidade, a rejeição, a exclusão, o não-lugar, a referência com o que é feio, incapaz, inferior, justificado pelo racismo (FERREIRA, 2019, p. 4).

É preciso considerar que estamos falando de relações de privilégio, disputa de poder que são, em grande maioria, preestabelecida e naturalizada por uma superioridade masculina em detrimento da feminina. Assim, o primeiro “legitima uma relação de dominação o inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 1999, p.33).

A heterogeneidade e a diversidade humana é transformada em símbolos de desigualdades sociopolítica e cultural, viabilizando o domínio e a exploração de uns, tido como superiores, sobre os outros considerados inferiores. A exemplo disso, vivemos em uma sociedade patriarcal e racista que reproduz atitudes discriminatórias, impõe hierarquias de gênero/raça e, sobretudo, não reconhece as mulheres negras como sujeitas de direitos. Segundo

Gomes (2007), isso ocorre devido a um contexto social marcado por séculos de escravidão, pela colonização e dominação político-cultural de grupos étnicos raciais específicos.

Sabemos que a escravidão foi abolida há tempos e isso foi fruto de várias lutas, mas o negro nem hoje nem antes na história teve os direitos garantidos, a liberdade de andar livremente nos espaços de forma respeitável. Notamos, assim, que estes se encontram em total desvantagem com relação à população branca.

“A distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação, o preconceito, o desrespeito e as desigualdades que pesam sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros” (RIBEIRO, 1995, p. 219). As relações sociais entre ambos se configuram, na maioria das vezes, de forma hierárquica, legitimadas por discriminação e racismo, mediadas por questões de gênero, raça e classe social.

Logo após a abolição da escravidão, argumentos científicos, especialmente pelos eugenistas⁶, surgiram para validar a dominação racial propondo a superioridade dos brancos. Assim, a solução encontrada pelos eugenistas brasileiros fora a miscigenação (TELLES, 2003, p. 46). Com isso, nos anos de 1889 a 1914, a teoria do “branqueamento” passou a ser aceita pela maior parte dos brasileiros.

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro a população negra diminuía progressivamente com relação á branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte por que o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas (SKIDMORE, 1976 p. 81).

A miscigenação produzia uma população mestiça sadia, capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente. A ideia, então, era branquear cada vez mais a população, a cultura branca simbolizava a civilização e superioridade da Europa que assim sempre foi tida como modelo ideal para o Brasil. Esta prática social contribui para encobrir o teor discriminatório embutido nessa condição ideológica e também para abafar uma reação coletiva.

Com a teoria do embranquecimento, as pessoas iam se apresentar cada vez mais brancas, mais fortes e em grande número. Assim, enfraquecia-se qualquer forma de organização coletiva por parte da população negra que, deste modo, fortalecia a negação da própria história, a cultura

⁶ *Eugenia: estudo das raças que inferiorizava ou superiorizava*, baseando-se nas origens, no século XIX (TELLES, 2003, p. 43).

e, principalmente, o valor no processo sócio-histórico da formação brasileira (HOFBAUER, 2006). O embranquecimento continua sendo uma ideologia muito marcante na atualidade, especialmente em uma nação cuja população negra tem que se mostrar “branca” para ser “bem-vista” por uma sociedade marcada, em maioria, pelo preconceito, racismo e pelas desigualdades etnicorraciais.

No Brasil, declarar-se negro é uma atitude difícil, pois a estes foi renegada a própria história, uma vez que a ela é contada de forma equivocada, com concepções e ideologias falsas. Segundo Gomes (2007), essas identidades se constroem em um contexto marcado por séculos de escravidão, violência, morte, pela dominação político-cultural de grupos sociais e étnicos raciais específicos.

A violação de direitos e o genocídio que foi praticado há muitos anos contra a população negra ainda se perpetua nos dias de hoje. Isso revela no projeto de sociedade racista, que estigmatiza, rotula e nega a existência desses corpos. Desde sempre, fomos ensinados a construir um imaginário negativo e de demonização do negro, isso é reproduzido na literatura infantil, nas músicas, no cinema brasileiro e em outras esferas sociais. Essas representações interferem de forma danosa na construção da identidade e na autoestima dessas sujeitas. Sobre isso, Munanga (1999) destaca que é impossível pensar nesta categoria sem mencionar a diversidade de povos, culturas e etnias que compõe a historicidade do ser brasileiro.

Para Gomes (2012), é importante considerar a identidade negra na dimensão política como uma tomada de consciência de um segmento étnico racial que contribuiu econômica e culturalmente em todos os tempos da história do Brasil, porém excluído da participação em sociedade.

Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a resignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p.26).

Entendemos a urgência em problematizar esse lugar de não representação e desvalorização de nossa dignidade, é inaceitável que nosso pertencimento racial, a cor da nossa pele seja alvo de desrespeito, piada, racismo ou qualquer violação de direitos que nos desumanize. Logo, precisamos situá-la como uma ideologia que se interliga ao racismo e foi, inicialmente, usada para classificar determinados grupos em inferiores e superiores. Em uma sociedade cuja raça determina quem vive e quem morre, é impossível desconsiderar a relevância e os desdobramentos desta categoria fundante.

Essa discussão é complexa e deve considerar o contexto em que ela se emprega, na maioria das vezes, o termo é utilizado para se referir a pessoas negras e se correlaciona “ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país” (GOMES, 2012, p.45).

A mesma autora apresenta duas dimensões da categoria: a perspectiva biológica, caracterizada pela concepção de que a humanidade é dividida em raças superiores e inferiores. Essa dimensão é perceptível em nosso cotidiano, quando se relaciona ao fenótipo das pessoas, ou seja, quanto mais preta ela for, mais terá dificuldades de ascensão social. A cor da pele determina os lugares e as posições que podem ser acessados.

No entanto, aqui não utilizamos o termo nessa relação de poder e dominação, mas uma perspectiva que se ancora nos movimentos sociais, quando sinalizam a importância desse fenômeno para compreender as relações raciais, a partir de uma nova interpretação baseado na dimensão social e política do termo (GOMES, 2005).

Inferimos que esse conceito desde sempre foi utilizado para classificar e hierarquizar as pessoas, portanto, não é uma realidade biológica e, tampouco, consegue explicar a diversidade humana. A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças (MUNANGA, 2003, p. 05).

O grande problema dessa classificação é que ela hierarquiza um povo em detrimento do outro, isto é, ela potencializa um grupo que já é hegemonicamente privilegiado.

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e consequentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2003, p. 05).

O lugar representado pela superioridade branca simboliza o belo, o padrão que sempre foi tido como o modelo ideal para o Brasil, isso pode ser perigoso, a ponto de forçar com que os outros grupos se enquadrem nesse lugar. Uma seara em que as pessoas tenham que se “embranquecer” para serem aceitas não é o ideal, muito pelo contrário, é preciso problematizar e desnaturalizar o lugar de servidão e a subalternidade imposta às pessoas não brancas, pois ninguém está aqui para servir a branquitude.

Situando a mulher quando se trata desse gênero, a realidade é ainda mais perversa. A mulher negra é duplamente oprimida, o racismo e o machismo são categorias que se inter cruzam, gerando desigualdades, de modo que em nenhum ambiente elas estão imunes. Desde sempre, a masculinidade exerceu papel de dominação nocivo e determinante sobre essas indivíduos. (CARNEIRO, 2011).

Nesse sentido, a identidade feminina é resultado de um processo histórico-cultural, que se difere do masculino, na medida em que a mulher é tida como inferior ao homem em vários aspectos do ponto de vista da força física, ela vai ser sempre apontada como sensível e fraca, seja em uma visão religiosa que a identifica como subproduto do homem; já que foi construída da costela de Adão; seja do cultural, que define o que pode fazer, vestir falar e ainda os lugares e o modo como se comportar. Esses argumentos prestam-se a construir uma identidade negativa para a mulher, e assim reafirmar os diversos níveis de subordinação e opressão a que as elas estão submetidas e promover, nelas, a aceitação de um lugar socialmente de subordinação e subserviência (SILVA, 1993).

Para Grada Kilomba, (2019), a mulher negra é o Outro do Outro, ela percorre um caminho de negação e silenciamento que a coloca em uma posição de difícil reciprocidade. Os discursos não colocam em pauta nossas realidades, essa temática é, em grande maioria, destacada de forma secundária e às margens, pois quando se falar de raça, o homem é o destaque; na discussão de gênero, a mulher branca é a protagonista e, assim, a invisibilidade vai se perpetuando fervorosamente. O fato dessas mulheres não serem brancas nem homens ocupam uma carência dupla e, nesta perspectiva, exerceriam a função de Outro do Outro (RIBEIRO, 2017).

Dito isso, entendemos que a todo instante os fenômenos raça e gênero se interseccionam, de modo que não temos pretensão de hierarquizar essas opressões e sim compreender de que modo ambas afetam a vida e a construção social da identidade de mulheres negras.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possíveis relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.117).

Sobre isso, concordamos com Ribeiro “pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência” (2016, p.100). A combinação de opressões coloca a mulher negra

em um cenário de disparidades em relação ao homem e, sobretudo, a mulher branca, podemos citar como exemplo o racismo e o patriarcado. A não compreensão desse lugar contribui para manutenção dessas estruturas de opressões, somente vamos conseguir enfrentar esses problemas a partir do momento que os identificamos e nomeamos. O ocultamento da diversidade produz o imaginário do “brasileiro cordial” aquele respeita as diferenças, provocando falsa ideia de harmonia racial (SILVA, 2007).

No Brasil, vivenciamos esse ocultamento, de modo que ninguém se considera racista porque além de feio é crime. Os discursos são sempre afirmando uma falsa concepção de respeito e harmonia que somente existe na imaginação de quem tenta deslegitimar a historicidade de uma população que luta cotidianamente para sobreviver e acessar os direitos básicos. Para os coletivos de militância negra, negar essas atitudes e práticas criminosas é uma estratégia que reforça as desigualdades de cunho racial e se sustenta em ideologias equivocadas, incoerentes ou intencionalidades adotadas pelo mito da democracia racial (COSTA, 2008).

A sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo. Outras vezes, mesmo que as pessoas e o próprio poder público tenham conhecimento da distorção presente no discurso da harmonia racial brasileira, usam-no política e ideologicamente, argumentando que não existe racismo no Brasil e, dessa forma, julgam que podem se manter impassíveis diante da desigualdade racial (GOMES, 2012, p. 57).

Assim, esse desconhecimento dificulta o enfrentamento e fortalece o descompromisso do Estado com a elaboração de políticas públicas para esse público, pois, na medida com que eles são invisibilizados, as desigualdades se perpetuam. Precisamos romper esse silenciamento que mascara a realidade social. Desocultar é fundamental para garantir condições dignas de sobrevivência e ascensão social.

Segundo Carneiro (2011), a maioria absoluta dos excluídos tem cor e sexo no Brasil, trata-se de mulheres negras que ainda se encontram representadas de forma precária e subalterna. Por sua vez, possuem os cargos de menor importância e em postos de trabalhos mais vulneráveis. Sobre isso, a declaração das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras afirma que o trabalho doméstico é uma profissão prioritária na vida dessas mulheres, isso porque é o lugar que a sociedade racista determina para elas, reforçando, assim, relação de exploração e servilismo. Ainda hoje é comum nos depararmos com notícias de que esse recrutamento acontece com caráter escravistas, em que meninas ainda bem jovens são trazidas para trabalhar

na zona urbana em condições sub-humanas e sem nenhuma garantia trabalhista nesse espaço doméstico com a falsa promessa que vão ter boas oportunidades de acesso à educação, quando, na verdade, vão ser exploradas pelos patrões e pelas patroas.

Essa perversidade comprova o quanto a ascensão negra sofre impasses e é marcada por experiências suscetíveis à discriminação, pois se formos ilustrar isso em outras esferas da vida social certamente teríamos outros exemplos cruéis e díspares que demonstram o racismo se expressando não apenas no mercado de trabalho. Há inúmeros espaços que levado pela prepotência e preconceitos, o negro não é respeitado nem como consumidor, muito pelo contrário é muito mais fácil, ele ser confundido como “bandido/ladrão a cor da pele é um marcador determinante para os expulsar covardemente dos lugares que são determinados como privativos dos brancos (CARNEIRO, 2011).

Ao considerar esse cenário acrítico a esses assuntos acarreta consequências traumáticas para a população negra. O silenciamento e o legado deixado por anos de escravidão corrobora a legitimação das ideologias hegemônicas de opressão, enquanto esses sujeitos não tiverem os direitos respeitadas, podemos afirmar com propriedade que elas não vão ultrapassar o sentimento de dor e trauma que estas violações ocasionam.

Assim posto, necessitamos de transformações estruturais que enfrente essa ótica de desigualdades raciais que se assenta, principalmente, sobre a vida de mulheres, essencialmente no que se refere à cor. É nesse contexto que precisamos reverberar a relevância dos movimentos sociais que se constroem politicamente como coletivos de denúncia e luta por equidade e direitos sociais.

2.1 A pauta das mulheres negras: uma luta em movimento

Os movimentos sociais buscam meios para superar as relações de opressão fundadas na sociedade sejam elas de classe, raça, gênero entre outras. Para Gohn (2011), esses movimentos analisam a realidade social e constroem propostas, estratégias e ações coletivas como resistência à exclusão daqueles que estão as margens e lutam pela inclusão social.

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p.335).

A despeito das mulheres negras, elas sempre tiveram seus direitos negligenciados, de modo que as pautas não eram sequer nomeadas. Esse silenciamento não a coloca como sujeitos políticos (RIBEIRO, 2016). Ao contribuir com esse pensamento, a autora Carneiro (2003), ao

politizar as desigualdades de gênero, destaca que as mulheres assumem essa condição a partir do lugar em que estão inseridos, ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras possuem especificidade em suas demandas e que não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a questão de gênero, se esta não considerar as especificidades que definem o “ser mulher” em complexidade.

A percepção desses determinantes expressa a necessidade de uma compreensão que ultrapasse a perspectiva de universalização. Todavia, para compreender a construção da luta pelos direitos das mulheres negras, é oportuno evidenciar alguns elementos históricos dos movimentos sociais e fazer correlação entre ambos, no que diz respeito à garantia de direitos.

No Brasil, no fim da década de 1970, articulados aos grupos de oposição à ditadura militar, os movimentos sociais populares ganharam força e visibilidade, inclusive os coletivos negros. Portanto, baseados em Gomes (2008), podemos afirmar que, no pós-abolição, as fortes marcas do autoritarismo, a repressão, as perseguições e a cassação de direitos políticos ultrapassaram a luta formal contra a discriminação racial, e considerou, também, demandas de outros movimentos sociais.

Por conseguinte, em 1990, surgiram outras formas de mobilização mais institucionalizadas que tiveram contribuições importantes para as conquistas dos direitos sociais legitimados pela Constituição Federal de 1988. Dentre estes, é importante destacar os Fórum Nacional de Participação Popular, a Criação Central dos Movimentos Populares, coletivos que aproximava a sociedade civil ao poder público, estimulando, assim, a participação desses cidadãos (GOHN, 2011).

Com isso, à medida que a política neoliberal se expandia, foram surgindo também outras lutas e necessidades, entre elas: grupo de mulheres frente à luta por direitos políticos e contra as discriminações, movimento dos homossexuais, coletivos contra a violência urbana entre outros. Esses sujeitos começaram se organizar politicamente e tomar as ruas em atos, denúncias e protestos em prol da defesa de seus direitos.

O mesmo ocorreu com o Movimento Negro ou afrodescendente, que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial. Os jovens também criaram inúmeros movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, pelo rap, hip hop etc. (GOHN, 2011, p.343).

Portanto, percebemos, por meio desses escritos, que nunca foi fácil garantir direitos e que desde sempre existiu mobilização coletiva para defender nossas lutas, causas, lugares e identidades. O desenvolvimento histórico do direito é guiado por uma lógica complexa e sob

um terreno marcado pela reprodução de contradições sociais, ou seja, configura-se em um campo de conflitos (MONDAINE, 2006).

Efetivar e ampliar direitos nesse modelo de sistema capitalista e explorador é uma missão que requer compromisso diário, pois o Estado assume postura de descompromisso e tende a tratar as desigualdades e todas as violações de forma natural, favorecendo, assim, a sua negação. Os que se referem à questão racial estão cada vez mais difíceis de serem reconhecidos, discutidos e legitimados. A tão sonhada cidadania não aconteceu a esse público que permanece, em grande maioria, sem condições dignas de sobrevivência.

O MN é, portanto, uma organização que se coloca em cena para pontuar a realidade negra determinada pela estrutura racista. Assim, é fruto de um “apagamento histórico” dessas identidades, é a afirmação de uma negatividade histórica, de um papel desempenhado na História. “Ele é a busca de um outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si” (SANTOS; BARBOSA, 1994, p. 46). Logo, essa construção deverá partir da permissão de poder ser e viver como “o outro”, com diferença, cultura, história, ancestralidade e gênero.

Nessa perspectiva, Gomes (2011, p.133) menciona que:

No desenvolvimento da luta antirracista, após os anos 70, o Movimento Negro também aprofunda a sua atuação e análise. A partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vividas no interior do próprio Movimento Negro, as mulheres negras se organizam e fundam nos anos 80, o Movimento das Mulheres Negras, que hoje faz parte de uma articulação latino-americana e internacional de mulheres negras.

Isto posto, percebemos que a pressão das mulheres dentro do movimento pautou a articulação de gênero e raça, isso não significa que as opressões vivenciadas por elas são mais ou menos importantes do que as demais, no entanto, elas acontecem de maneira recorrente, se comparada a das mulheres brancas e de homens. Por isso, faz-se necessário tratar dessa especificidade, uma vez que não dá para negar as desvantagens sociais que aparta esses universos.

Destaca-se o papel decisivo do MN na mobilização de vários setores, no que se refere à reivindicação de direitos e luta antirracista no país que, para além de negros, sensibilizou outros setores e comunidades para reflexão do racismo e dos respectivos desdobramentos.

Importa dizer que os principais protagonistas dos movimentos políticos negros atuais são os filhos dos primeiros negros a ingressarem de forma definitiva na classe operária e nas classes médias, dos heróis da migração interna; são mesclados entre os primeiros estudantes negros a ingressarem na universidade, jovens operários e trabalhadores negros e dançarinos de soul — símbolo moderno da contestação da juventude negra à

dominação branca e da miopia dos liberais ante o racismo e sua falsa consciência nacional (GONZALES, 1983, p.90).

Nesse cenário, o movimento foi se expandindo pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como pelo Sudoeste, atingindo cada vez mais atores, entre eles o Movimento Negro Unificado merece destaque, um coletivo que tinha a presença de mulheres negras em sua criação e direção; atuava desenvolvendo atividades para despertar uma consciência democrática e antirracista nas pessoas.

Assim, Gonzales (1983) vai pontuar que as primeiras organizações de mulheres negras aconteceram no interior do MN, pois é nesse espaço que se encontrou potencialidade para as discussões a respeito do racismo e das explorações de classes. No entanto, o movimento feminista tem base que se concentra em mulheres de classe média branca, isso faz com que elas ignorem a questão racial.

O cotidiano dessas mulheres é atravessado por uma gama de relações opressivas que vão do racismo, machismo e discriminação racial, praticadas também se adicionam aos homens brancos e pelos próprios negros. Segundo Pinto (2007), o debate feminista, por muito tempo, centrou-se na relação “homem-mulher”, porém essa correlação não é suficiente, tendo em vista os elementos já sinalizados. Deste modo, as feministas negras estudavam as condições dessas mulheres, alertando que o foco exclusivo na dimensão de “gênero” apaga os fenômenos: raça, classe e sexualidade que fazem parte dessas identidades e das experiências.

Esses marcadores determinam as múltiplas mulheres contidas nesse “ser mulher” e, por mais que compartilhamos dores parecidas, o problema de uma não necessariamente seja a mesma denúncia ou pauta da outra, exatamente por se tratar de variantes diferentes. Sobre as concepções do feminismo, Brasileiro Gonzáles assertivamente cita Bairros (2000, p. 57).

padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.

Para tanto, com uma nova perspectiva, o feminismo negro é uma organização que nasce partindo da necessidade de pôr em cena a condição histórica de subordinação e discriminação, situando essas sujeitas como protagonistas reais de suas histórias. Ademais, é pensar um novo modelo societário de rompimento, as disparidades e os contrastes raciais, logo é mediatizar

projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos em um modelo de humanidade sem hierarquias de raça e gênero. Além disso, é sobretudo valorizar a produção “intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências” (RIBEIRO, 2017, p.09).

Na academia, a produção de conhecimento é predominante branca e masculina, isso devido ao processo de negação que somos submetidos em toda nossa trajetória de vida, e, na educação, não podia ser diferente, isso porque vivemos ainda uma ideologia colonial que se reproduz no nosso modo de viver, pensar e agir que nos leva a práticas racistas, misóginas e discriminatórias. Muito mais do que romper com a perspectiva de masculinidade, é necessário compreender essa imposição que nos destina a um lugar de mulheres racializadas e sujeitas às diversas formas de opressão orquestrada pelo patriarcado.

Em decorrência disso, várias têm sido as iniciativas de mulheres negras para validar nossas histórias, tendo as escritas como meio importante para informar e denunciar essas estruturas. A literatura negra vem expressivamente se tornando enegrecida e potente, graças a escritas que se empenham em promover esse debate. Acreditamos ser fundamental que se leiam autoras negras, valorizar essas produções é conhecer nossa história a partir de uma de nós, para que assim possamos ter possibilidades para construir horizontes, pensando o mundo por outras lentes e com novas bases sociais que ultrapasse a negação e o silenciamento (RIBEIRO, 2018).

Ainda, de acordo com esta autora, o feminismo negro começou ganhar força entre os anos 1960 e 1980, com a Fundação National Black Feminista, nos Estados Unidos, foi nesse momento que as feministas passaram a escrever uma literatura negra. Muito embora bem antes disso, elas já desafiavam a composição do sujeito mulher universal e determinado pelo feminismo. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto (RIBEIRO, 2017, p.25).

No Brasil, o movimento feminista negro começa a ganhar força no ano de 1980, com a participação dessas sujeitas em eventos e seminários, quando percebem que suas especificidades e demandas não são pautadas no feminismo branco, pois enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, as negras lutavam pelo direito de serem reconhecidas como pessoa, isto é, pela existência (COELHO; GOMES, 2005).

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o Movimento Negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos (DAVIS, 2018, p. 21).

Para tanto, esse coletivo se intensifica com a relação entre os movimentos negro e feminista, começam, então, a surgir os encontros estaduais e nacionais, um deles foi o III Encontro Feminista Latino Americano que ocorreu no município de Bertioga. Por conseguinte, em 1987, em Guaranhos/PE, acontece o Encontro Nacional Feminista, com a participação de duzentas mulheres negras denunciando a falta do debate racial e promovendo reuniões naquele encontro para atender às demandas específicas.

Outro momento que merece destaque nesse processo foi o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988), realizado em Valença, no interior do estado do Rio de Janeiro, contando com quatrocentos e cinquenta militantes. Esse encontro representou a organização das mulheres negras frente à sociedade, ao Movimento Negro e ao feminismo (MOREIRA, 2006). Percebemos, diante desse contexto, o quanto que a trajetória para a construção dessas pautas foi permeada de tensões e enfrentamentos, são sujeitas que historicamente foram desumanizadas e buscam cotidianamente melhores possibilidades de existência. É importante considerar que, embora o feminismo não priorize as demandas de cunho racial, ele deu uma base para organização das mulheres negras.

Todavia, por conta dos mecanismos ideológicos de apagamento e silenciamento que estruturam esse movimento, ele não reconhece as desigualdades em seu recorte racial. Dito isso, Gonzalez (1984) diz que “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”. Portanto, o projeto de uma sociabilidade antirracista comunga com o entendimento da nossa condição enquanto sujeitos “subalternizados”, depende de um posicionamento de oposição à ofensiva racial e os impactos que ela ocasiona na vida da população negra em especial as do sexo feminino.

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão (CARNEIRO, 2003, p. 129).

Certamente, podemos afirmar que as interfaces do racismo e do sexismo são tão nocivas que nunca nos deram outra opção a não ser construir bases que possibilite o rompimento desses paradigmas de dominação. Esse feito trata-se de uma mudança complexa e epistemológica que perpassa pelo processo educativo. Significa reconstruir os saberes, no sentido de pautar o protagonismo negro, articulando as categorias raça, cidadania e educação.

Nesta seara, as contribuições de Gomes (1995, p. 49) alertam “se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo”. Assim posto, acreditamos que a educação também se dar em espaços não formais fora do muro da escola, pois existem saberes diversos que se constroem de acordo com outras vivências que não estão diretamente ligadas às instituições formais de conhecimento. Pontuamos que os movimentos sociais em seus recortes de raça e gênero se configuram como esses lugares de mecanismos provedores de formação política e pensamento crítico, na busca pela superação das desigualdades de gênero e do racismo.

A construção de uma sociedade democrática perpassa por um projeto que reconheça as mulheres como detentoras de direito, em que o debate das relações raciais se pautar na não omissão e no rompimento do silêncio no trato desses marcadores, isso significa não se calar diante das situações opressoras de racismo e buscar melhores condições de vida, em que se estabeleçam relações de respeito e valorização da diversidade humana.

A violência dos opressores que os fazem também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se torna, de fato, opressores dos opressores, mas restaura a humanidade em ambos. (FREIRE, 2019, p.20).

Esse contraste social nos tensiona a recuperar nossa humanidade diante de vários desafios que se colocam frente às lutas do feminismo negro, e um deles é a “desumanização”, a banalidade experimentada pelas mulheres brasileiras, em especial as negras. Contudo, vivemos uma realidade em que a população negra ocupa as posições menos favoráveis e isso não pode permanecer sendo confortável e natural. Considerar que o racismo e o machismo são pautas desnecessárias, não apaga o fato de que a morte de jovens negros no Brasil é 2,5 maiores do que a de brancos; as mulheres negras continuam sendo menos remuneradas e a maioria nos serviços domésticos, além disso, muitas delas são assassinadas a cada cinco minutos pela única condição de ser mulher (RIBEIRO, 2018).

Corroborando os estudos para Carneiro (2011), a absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo no nosso país. Estamos falando de vidas, histórias, nomes que importam, e não podem ser apenas estatísticas consagradas pelo modelo racial brasileiro. Assim posto, é necessária atuação que atue na correção dessas desigualdades.

Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil. A ação política das mulheres negras vem promovendo: o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; o reconhecimento das diferenças intragênero; o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico; o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais; o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, consequentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza (CARNEIRO, 2003, p.129).

Se almejamos um país capaz de promover a igualdade racial, combater o racismo e promover a reparação ao nosso povo, é preciso identificar essas pautas no cruzamento de raça e gênero, como tem feito o movimento de mulheres negras. Essa intersecção tem ressignificado a existência dessas sujeitas. Isso significa afirmar que elas ainda que de modo lento vem ganhando notoriedade e incentivando outras a também lutarem por posições que vão dissuadindo o lugar de subalternização.

Para Vinagre (2010), a existência das condições sociais para os indivíduos se sociabilizarem não são iguais, e muitos não têm o direito de ter suas particularidades respeitadas. Essas diferenças, sejam de gênero étnico/racial, abrem campo para a ampliação de discriminações e preconceitos manifestados em relações racistas e machistas que dificultam a humanização da sociedade. É importante compreender que quando falamos em mulher não estamos pensando em uma universalidade é preciso considerar a pluralidade deste ser.

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. (CARNEIRO, 2020, p.01).

Estruturalmente a afirmação de superioridade a posição de vencedor não é comumente ocupado por uma mulher negra, isto porque o racismo, capitalismo e todo histórico de dominação a qual ela foi submetida não permite. A elas sempre foi estabelecido a invisibilidade e a desproteção, sujeitas que nunca usufruíram da condição de fragilidade.

Sobre isso, Carneiro (2010), vai dizer que o mito da fragilidade feminina não contempla essas mulheres por elas fazerem parte de um contingente que trabalharam por séculos como escravas, perdendo assim o direito de ir as ruas de estudar e fazer suas próprias escolhas. Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, que faz com que sejamos pensadas a partir de e para um homem. (RIBEIRO, 2017). Daí a necessidade de pensar a mulher negra como referência, partindo das desigualdades e invisibilidades sofrida por elas em diferentes contextos.

Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras (RIBEIRO, 2017, p. 08).

Atrelado a essa afirmativa Sebastião (2010), entende que o Feminismo Negro é sobretudo uma construção política ideológica que se compromete com uma mudança social de combate ao racismo. No Brasil algumas intelectuais negras como Sueli Carneiro e Lelia Gonzales começam a produzir reflexões em denúncia a falta de representatividade incorporando as desigualdades de raça e classe. Em uma produção intitulada por “Um feminismo afro-latino-americano” a escritora Gonzales chama atenção para o fato de que no Brasil a mulher negra desempenha papéis economicamente desvalorizados e é considerado “natural” tanto pelas vítimas como pelos algozes.

A condição de “normalidade” a falta de outras alternativas pode fazer com que elas se submetam a trabalhos domésticos em situação de dependência a de famílias brancas. Muitas jovens deixam seus lares no interior para vir a cidade trabalhar em casas de famílias, em busca de melhores condições de vida, no entanto não acontece, porque elas ficam restritas aos cuidados dos lares e filhos das patroas. Desse modo, isentas das atividades domésticas o acesso ao mercado de trabalho, ampliação dos processos de escolarização bem como outros meios de sociabilidade e ascensão social ficam mais palpáveis para a mulher branca.

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais (GONZALEZ, 2020, p.36).

As relações de dominação e desigualdades entre as sujeitas não se trata de hierarquizar os feminismos e sim de observar as necessidades sociais, entender que não diz respeito a uma luta pessoal contra homens ou mulheres brancas é uma questão estrutural contra um Estado com características racistas que beneficia alguns em detrimento de outros. Conforme Ribeiro (2017), o feminismo negro não tem intenção de separar as pessoas, porém de pontuar as interseccionalidades. Portanto, é inconcebível ser feminista e desconsiderar a luta antirracista.

Nessa conjuntura, a seguinte pesquisa se compromete em pautar o debate em uma perspectiva de promoção da igualdade que incentive a valorização dessas identidades e, sobretudo, de enfrentamento à naturalização do racismo para construção de uma sociedade sem hierarquias. Pretendemos que, de alguma forma, a discussão consiga atingir os que também sentem nossas dores e, mais ainda, desejam uma sociedade que respeite a diversidade humana.

3 NARRATIVAS INSURGENTES: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Este capítulo objetiva apresentar as mulheres negras e identificar as ações educativas que contribuem para construção de uma educação antirracista no município de Açailândia. Buscamos fazer a triangulação de dados, respeitando as particularidades de cada sujeita envolvida, entendendo que cada história de vida possui determinantes importantes no processo de construção antirracista. Serão apresentadas as trajetórias das mulheres, trazendo suas narrativas, no que concerne aos processos educativos, infância, à vivência pessoal e profissional, ao engajamento em movimentos sociais e luta antirracista, articulando sempre as intersecções de gênero e raça.

A identificação das sujeitas por questões éticas e sigilosas será resguardada, manteremos sigilo total, para isso, com autorização delas próprias, optamos por nomes fictícios do filme “A mulher Rei”⁷, fazendo menção às guerreiras de Daomé. Em seguida, apresentaremos três mulheres negras, cada uma com suas dores e percepções diferentes.

Aquela imagem de escrava Anastácia (aponta para ela), eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e, às vezes, a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara. Porque todo nosso processo para eu chegar aqui, foi preciso colocar o bloco na rua e esse bloco a gente não põe sozinha (EVARISTO, 2017, [online]).

Comungamos do pensamento de Conceição, pois, ao evidenciar trajetórias negras, pretendemos despertar um sentimento de rompimento aos determinantes que seguem, na tentativa de nos calar, partindo da compreensão que esse movimento é individual, mas também coletivo, porque perpassa a narrativa de todas. Esse capítulo está organizado em quatro tópicos, o primeiro apresenta as sujeitas e os demais, as narrativas de história oral das nossas mulheres.

3.1 Trajetórias de vida: “histórias pretas para contar”

As entrevistas aconteceram entre novembro e dezembro de 2023, em locais escolhidos pelas entrevistadas, duas delas optaram pelas próprias residências, por se sentirem mais confortável e seguras para compartilhar suas vivências e memórias e outra preferiu nos receber

⁷ Um filme dirigido por Gina Prince Bythewood e estrelado por Ângela Davis, uma atriz negra que conta a história das guerreiras de Agojie, um exército de guerreiras que lutavam pela proteção do reino Africano de Daomé. A cultura Daomé valorizava a significância das mulheres e a paridade de gênero. A mulher Rei é um filme que oportuniza o resgate da história dos povos africanos, trazendo uma perspectiva de representatividade pelo protagonismo de personagens negros e negras, desmistificando o padrão cinematográfico branco que estamos acostumados a presenciar. Mais informações disponíveis em: <https://mundo negro.inf.br/quem-sao-as-guerreiras-de-daome-apresentadas-no-filme-a-mulher-rei/>

em uma sala do seu local de trabalho, em que, segundo ela, é o lugar que lhe acolheu e ressignificou sua vida.

Ouvir essas mulheres, olhar nos olhos, sentir cada expressão esboçada, durante as entrevistas que iam do silêncio à necessidade de falar, foi uma experiência grandiosa para a pesquisadora. Escutar atentamente, com coração e ter a certeza de que estas histórias precisam ser contadas. As transcrições foram realizadas cuidadosamente para garantir a fidelidade e transmitir as emoções de cada relato.

A primeira entrevistada a Nanisca, de 53 anos, é filha de uma mulher quilombola e quebradeira de coco, a sexta na ordem familiar teve uma infância marcada pelo sofrimento, a pobreza e falta de acesso. Em nenhum momento da narrativa menciona o pai em sua configuração familiar. Nas palavras de Leite (1999), quilombola é uma expressão para discutir a negação da cidadania dos sujeitos que sofreram as consequências de um sistema colonial e violador de direitos.

Os quilombolas são grupos étnico-raciais que possuem uma trajetória própria e se definem a partir de um sentimento de identificação coletiva entre seus membros que lutam a cada dia por visibilidade e respeito. Portanto, a descendência quilombola de Nanisca nos mostra a resistência de uma ancestralidade que sofreu a escravidão em seus modos de vida e hoje necessita ter seus direitos resguardados.

Enquanto que Nawui, 35 anos, militante, é filha de professora e pai pedreiro, no entanto, desde muito novinha passou morar com a sua avó paterna uma mulher que ficou viúva muito cedo e teve que cuidar dos filhos sozinha. Assim, ela explica que ouvia histórias tristes sobre as dificuldades passadas pela família. Sobre a composição familiar Nawi cresceu em uma família chefiada por uma mulher responsável pelo cuidado e sustento dos filhos, mas também conviveu com os tios homens que contribuíram para sua educação.

A Izogie de 54 anos, foi a última entrevistada. De uma família “mista” palavra que usou para se referir as diferentes cores das pessoas de sua casa é filha de pai lavrador e mãe lavadeira de roupa, explica que cresceu com afeto de ambos, porém quando tinha dezenove anos teve de lidar com o falecimento do pai e aos 44 da mãe. As lembranças de uma infância pobre fizeram com que ela sonhasse em estudar para ter uma profissão e uma vida melhor formou-se professora.

Apesar das particularidades de gerações, porém não imunes às atrocidades reservadas para pessoas negras. As dificuldades sociais e econômicas, as opressões de raça se inter cruzam nessas trajetórias. Sabemos que as violências estruturais continuam a nos atingir, o tempo passa, a sociedade avança, porém, a história não evolui, o tratamento e as condições para a população

negra é desigual. “O sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza (RIBEIRO, 2019, p.12). É sobre esses reflexos que vamos dialogar seguidamente.

3.2 A militância negra: um caminho de resistência e luta

3.2.1 Nanisca

“Gosto que me chamem de negona, porque é uma maneira de não esquecer minha origem”.

Nanisca se apresenta como mulher negra, presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais e membra do Conselho Municipal da Mulher⁸. A sexta filha de doze na ordem familiar ela nasceu em Itapecurum-Mirim, no Maranhão, e desde criança enfrentou grandes dificuldades para estudar. Relata que não tem curso superior, estudou até a oitava série, portanto, sua formação é dentro do movimento social na luta e defesa dos direitos dos trabalhadores que inclui, principalmente, a questão das mulheres, em especial as negras.

Para eu estudar um pouco, com nove anos, minha mãe teve que me tirar de casa e me botar nas casas alheias. Ela trabalhava na roça, quebrando coco e me botou nas casas para estudar e trabalhar cuidando de criança. De lá para cá, continuei trabalhando e estudando até que eu me encontrei grande. Eu mais trabalhava nas casas do que estudava isso é real (NANISCA, entrevistada em 29/11/2022).

Nesse processo, notamos o tamanho da crueldade e a violação desses direitos a uma criança de nove anos de idade, tendo que cuidar de outra e, assim, ambas ficaram desprotegidas. A atual condição de pobreza e falta de acesso dessa mãe para garantir educação à filha, fez com que ela a retirasse do convívio familiar e a submetesse ao trabalho, não por vontade, mas por necessidade, falta de políticas públicas que cheguem à zona rural e possibilitem acesso e permanência à escola. Esta realidade reforça, ainda, a relação de servidão que é estabelecida, a mulher como dona de casa apta aos serviços domésticos.

As negras eram as servas e as brancas as senhoras. Naquela época, até a branca pobre que jamais teria condições de contratar uma empregada negra afirmaria, em seus encontros com mulheres negras, uma presença dominadora, garantindo que o contato entre os dois grupos sempre colocasse as brancas em posição de poder em relação às negras (HOOKS, 2017, p.128).

⁸ O COMDIM é um órgão consultivo, normativo e deliberativo da política de atendimento à mulher, vinculado à Secretaria Municipal de Açailândia. Instituído pela Lei Municipal nº 380, de 15 de março de 2012 tem como objetivo propor diretrizes de ação voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas de igualdade de gênero. Disponível em: https://acailandia.ma.gov.br/arquivos/legislacao/leis_municipais/90ae9ab9b58f4fff8e9915cb415fdb4a.pdf Acesso em 15 de setembro de 2023.

Convivendo em um mundo de pessoas brancas, sem nenhum entendimento sobre raça, Nanisca rememora os momentos em que era obrigada a alisar o cabelo e se vestir diferente. Em 1986, acompanhada da mãe, veio para Açailândia em busca de um pedaço de terra para viver e, assim, por meio do Movimento Sem Terra (MST) e movimento sindical, começou a entender sua identidade de “Mulher negra e Mãe” relatando o seguinte:

Comecei a me entender como cidadã, foi quando eu tirei minha identidade, meu título, fui me encontrando dentro do movimento sindical, melhorando minha leitura e as coisas foram acontecendo. Em 1998, houve uma eleição na FETAEMA Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais e, nessa eleição, eu fui escolhida como diretora. Nesse movimento, eu começo a voltar me entender como mulher negra quilombola. A executiva da Fetaema é um espaço que você sai da sua comunidade para conviver com 17 municípios, a gente visita todos esses municípios essa luta de mulheres de negros e a questão quilombola isso é muito forte, aí, eu realmente me encontrei nesse processo de vivência mesmo (NANISCA, entrevistada em 29/11/2022).

Durante toda esta história de vida, é perceptível a contribuição dos movimentos sociais na formação política e, sobretudo, no processo de autoafirmação da identidade negra. A vivência nesses espaços permitiu a aproximação de lutas coletivas e assunção de lugares que necessitam ser ocupados por corpos pretos. Se não reivindicarmos, ninguém fará por nós. A militância e os movimentos sociais são coletivos de denúncias e articulações que caminham em busca de garantia de direitos.

A militância surge na vida das pessoas como uma via possível de exercer-se como sujeito, de ser o que se é. Pessoas com histórias de militância mostram que não encontram espaço no mundo para serem quem são, buscando no movimento social e na militância um território onde isso seja possível. Talvez esse seja o elemento disparador, a mola propulsora de todo envolvimento, do engajamento que mobiliza à contestação do status quo. De alguma forma os sujeitos se percebem impedidos de serem quem são (sem-terra, marginalizado, homossexual, usuário de droga, negro, mulher), sentindo-se oprimidos por um sistema carregado de preconceitos, estigmas e exclusões (VINADÉ; GUARESCHI, 2007, p. 69).

Concordamos com os autores e inferimos que a militância forma e transforma vidas. Nesses processos, através da militância Nanisca foi presidente da Central Única dos Trabalhadores do Maranhão (CUT), passou quatro anos na Secretaria da Mulher, momento em que contribuiu na construção e coordenação da Marcha das Margaridas⁹ e trabalhou com todas as classes: indígenas, artesãs, mulheres da cidade, uma experiência grande que possibilitou compreender a luta e as conquistas de cada um.

⁹ A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras – movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais sindicais e organizações internacionais (OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS [ONLINE]). Disponível em: https://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139

Nesse lugar, foi onde mais eu vivi o preconceito, porque eu saí de uma esfera de trabalhadores rurais para conviver com todos os trabalhadores dentro da CUT. Sou uma mulher negra, praticamente analfabeta, não tenho diploma nenhum e ser presidente de uma das maiores centrais assim, as pessoas te olham e pensam “o que tu faz aqui porque você é presidenta? Eu ouvi muito essa pergunta: como é que você chegou aqui? (NANISCA, entrevistada em 29/11/2022).

Sobre a narrativa exposta, Almeida (2019) reflete que existe um sistema econômico e político que reforça a ideia da mulher negra como subalterna e reproduz práticas discriminatórias, racistas que as mantêm fora dos espaços de decisão. O questionamento e olhar de desaprovação são concebidos pela representação negativa do ser negro no Brasil que é construída precocemente no processo educacional que não contempla a pauta racial. A percepção preconceituosa de que essa posição jamais pode ser ocupada por uma pessoa não branca é o retrato da vida real, quando notamos essa ausência nos lugares.

Para tanto, a entrevistada pontua que na escola tradicional, quase não lembra de ter estudado os assuntos sobre raça e gênero, no entanto, cita a ENFOC¹⁰ - Escola Nacional de Formação - da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores (CONTAG) que, segundo ela, foi onde se construiu uma feminista negra. Com isso, afirma que a questão da igualdade racial tanto na educação básica quanto na universidade, ainda não é o que queremos, existe, mas é pouco. O combate ao preconceito nas escolas é tímido e pequeno, todavia, muitas pessoas que estão dentro das instituições trazem a pauta para o debate, inclusive na questão curricular está sendo desenvolvido.

No que concerne à educação das relações raciais, Gonçalves e Silva (2007, p. 500) apresenta:

As dificuldades para implementação dessas políticas curriculares assim como a estabelecida no art. 26º da Lei 9.394/1996, por força da Lei 10.639/2003, se devem muito mais à história das relações étnico-raciais neste país e aos processos educativos que elas desencadeiam, consolidando preconceitos e estereótipos, do que a procedimentos pedagógicos, ou à tão reclamada falta de textos e materiais didáticos. Estes, hoje, já não escassos, mas nem sempre facilmente acessíveis.

Inferimos que dentre os vários desafios para consolidação dessa lei, citamos a desconstrução do modelo eurocêntrico do currículo escolar pelo qual se produzem processos educativos que validam um único saber, desconsiderando, assim, a pluralidade humana que compõe as escolas. Os conteúdos desenvolvidos nas instituições, em grande maioria, fortalecem

¹⁰A Escola Nacional de Formação (ENFOC), criada em 2006, é um espaço de reflexão crítica da prática sindical. Desenvolve processos formativos fundamentados pela educação popular, em uma perspectiva crítica, libertadora e transformadora”. A escola se desafia a conjugar várias dimensões - a formação política e sindical, a qualificação profissional, o desenvolvimento local e a educação do campo-em um mesmo referencial pedagógico, crítico e dialógico, dirigido à formação humana (ENFOC,2023). Disponível em: http://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/quem_somos.

ensinamentos da cultura hegemônica, enquanto as culturas de grupos sociais minoritários continuam sendo silenciadas e estereotipadas (SANTOMÉ, 1995).

Nessa perspectiva, afirmamos que a não abordagem crítica do debate contribui para manutenção do racismo, pois estamos vivenciando tempos de genocídio, desrespeito, intolerância e ódio que atingem, principalmente, mulheres negras. Portanto, concordamos com Gomes (2005), quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo entre nós, mais ele se existe no Brasil, vai se propagando e invadindo as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros.

Assim, a entrevistada conta emocionada sobre as ofensas e violências que lhe acometem cotidianamente.

Quando eu comecei no movimento social, eu não falava em microfone, eu tinha muito medo porque me disseram que negro tinha que falar fora do microfone porque fala alto, aí, toda vez que eu ia pegar, eu pensava como ia fazer com ele na mão, aquilo não era fácil, foi me dito que ele não podia estar na mão de uma negra, então, me travava era terrível. Demorei muito a entender essa violação, como ele cai na gente e não conseguimos nos defender, as vezes está em espaços e ser atacada, tipo, passei por isso e nem percebi, não senti, mas ele te ataca muito. É cruel e dói na alma, fere por dentro e se não combater você leva muito tempo para se livrar de uma palavra, um gesto, um aceno (NANISCA, entrevistada em 28/12/ 2022).

Notamos na narrativa exposta que para o racismo, a voz de uma mulher preta realmente pode ser muito alta, forte e, sobretudo, incomodar aos que tentam silenciá-la. Como bem disse a escritora brasileira Conceição Evaristo, em uma entrevista para Carta Capital, em 2017: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. Assim, esta voz é uma ameaça para a classe que efetivamente domina os espaços de poder.

Sobre não conseguir se autodefender, é importante pontuar que preliminarmente é necessário identificar que essas práticas não podem ser percebidas como brincadeiras e sim racistas. Para Gomes (2005), no contexto brasileiro, ela se afirma pela própria negação, ou seja, ninguém assume um crime inafiançável. Temos, ainda, aquele modo “silencioso” que não é verbalizado, porém se expressa por gestos e olhares excludentes. Ambos atravessam a vivência de Nanisca, e a não percepção é algo comum, isto porque de tão normalizado nos processos comunicativos, as vítimas, em alguns casos, não sentem ou não possuem força para combater.

O racismo nos deseduca o tempo inteiro. Então, quando chegamos nesses lugares, sempre enfrentamos – todos nós, negros e negras que ocupam esses lugares, e não apenas eu – sempre enfrentamos um processo totalmente DESEDUCATIVO e deformador das estruturas em relação a questão racial. E esse processo nós podemos identificá-lo como racismo institucional, como o racismo que está presente no imaginário, ou o racismo à brasileira também, que é esse fenômeno que parece que não existe, mas ele existe (GOMES, 2016, p. 92).

É importante frisar que o racismo se expressa de duas formas: a individual e a institucional. Gomes (2012) destaca que a primeira é aquela em que os indivíduos cometem atos discriminatórios contra outros e essas manifestações acontecem de diversas formas, como insultos, agressões destruição e até assassinatos. Essa situação pode ser ilustrada pelo genocídio da população negra. Já a forma institucional, Silvio (2019) esclarece que, muito embora bastante presente, é menos perceptível, como o nome indica, é a existência dos conflitos raciais dentro dos espaços institucionais que se legitimam pela permanência de um grupo racial no poder.

Assim, a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (SILVIO, 2019, p. 27).

Portanto, dentro dessa ótica, todos os aspectos situacionais de opressão e negação que foram mencionados foram sofridos nas relações sociais e profissionais de Nanisca. A sociedade brasileira é muito passiva no trato da questão racial, na realidade não existe uma tentativa de se negar o racismo em todas as suas dimensões. Essa invisibilidade camufla a realidade.

Contudo, há que se considerar que para uma mulher negra, independente da sua classe social e tempo histórico, a vida é permeada por dificuldades, é o que veremos nos relatos posteriores.

3.3 Racismo e processos formativos

3.3.1 Nawi

“Na escola, a minha única vivência com a pauta racial foi sendo vítima de racismo”.

Nawi é militante de direitos humanos¹¹, professora e educadora social. Ela conta que reconheceu sua identidade racial ainda na adolescência, aos 14 anos, por meio da dança afro-brasileira, quando começou a fazer parte dos projetos sociais da Organização Não Governamental do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia e se apaixonou por aquele universo diferente e fascinante das movimentações, das letras das músicas, do toque dos tambores. Segundo a entrevistada, aconteciam palestras e rodas de conversas sobre temáticas de relevância social durante as aulas, e foi por meio dessa

¹¹ No trabalho e militância no CDVDH-CB de Açailândia atua nos núcleos e centros comunitários de Açailândia intervindo por meio de ações para o enfrentamento de violações de direitos, através da promoção e acesso à justiça e reparação de danos promovida pelo atendimento sociojurídico, ações de empoderamento com as formação cidadã e as atividades culturais que envolvem a dança e a capoeira.

aproximação da dança de Matriz Africana e das rodas de conversas que descobriu a alegria de ser uma menina negra.

Eu sempre soube que era uma pessoa preta, mas, até então, isso me causava dor, a alegria de ser veio através de um longo processo de formação cidadã, vivenciado no CDVDH/CB com as formações e a Dança Afro, esses foram os elementos cruciais no meu processo de identidade racial (NAWI, entrevistada em 28/11/2022).

A identidade negra é uma construção que acontece de uma maneira muito particular em cada sujeito, enquanto algumas pessoas demoram anos para se afirmarem, outras já são mais precoces. Nenhuma identidade é construída no isolamento, ela depende das relações com os outros, das percepções de mundo e do diálogo (GOMES, 2012). Neste caso, em especial, ocorreu pela dança afro que é uma manifestação artística vinda da África para o Brasil, a partir do cotidiano do negro africano. “A dança afro é uma linguagem artística que está aberta ao diálogo com dimensões rituais. Nela podem ser congregados fluxos energéticos, gestos narrativos, estruturas de significado e traços culturais inscritos no corpo” (FERRAZ, 2012, p.14).

Outro fator relevante na narrativa é a menção aos processos de formação que, como visualizamos, garantem o diálogo, a conscientização e a valorização da cultura afro-brasileira. A reflexão sobre nossos próprios valores, nossas crenças é fundamental para compreendermos nosso lugar no mundo. *Tem uma frase do Nietzsche que diz “temos a arte para que a realidade não nos mate” e é verdade porque muito das nossas aprendizagens é provocada pela arte da dança africana que herdamos dos nossos antepassados*” (NAWI, 2022).

Quando questionada sobre a trajetória educacional, revelou: *“minha única vivência com a pauta racial foi sendo vítima de racismo”*. Certamente, esta não é uma questão individual e muitas trajetórias são marcadas por lembranças fortes de medo, dor e vergonha. Para Gomes (2000), a educação brasileira precisa considerar a complexidade que envolve a trajetória escolar do negro.

A escola não tem preparo algum para lidar com a questão racial, a efetivação da Lei 10.639 que trata da obrigatoriedade da presença da temática “história e cultura afro-brasileira e africana” não passa de ideologia, não sai do papel. A escola se omite, assim como o Estado, não existe uma formação continuada, nem tão pouco aprofundamento na temática, para que o ambiente escolar esteja preparado para lidar com o processo de identidade das crianças, digo pela minha própria experiência, o lugar de maior hostilidade em que vivenciei situações racistas foi dentro da própria escola (NAWI, entrevistada dia 28/12/2022).

Não diferente da entrevistada anterior, Nawui afirmou a falta do debate no processo de escolarização. Contextualizando essa narrativa, fica nítido que mesmo com a diferença temporal entre ambas, os problemas continuam a existir. A escola é um locus privilegiado para

o surgimento dessas questões, uma vez que lá se concentram uma pluralidade de estudantes pertencentes a diferentes grupos fenotípicos (SOUZA, 2001). Ainda sobre a relação com o ambiente escolar, Gusdorf (2003, p.1) afirma que: “Cada um de nós preserva imagens inesquecíveis do início da vida escolar e da lenta odisseia pedagógica a que se deve o desenvolvimento do nosso pensamento e, em grande parte a formação da nossa personalidade”.

Desse modo, é possível observar que, embora alguns conteúdos escolares tendem a se esvaziar com o passar dos anos, as brincadeiras entre colegas, as interações em sala, as relações interpessoais entre professores e alunos muitas delas permaneceram nas memórias e influenciaram diretamente o desenvolvimento dos/as sujeitos. Fica o questionamento e as inquietações sobre a postura escolar. Será que existe sensibilidade para a diversidade na educação infantil, especialmente no ensino fundamental, médio e profissional? (GOMES, 2007). O ambiente escolar mostra grande deficiência nesse aspecto e observa-se que, no atual contexto, não são apresentadas mudanças de grandes relevâncias.

No que concerne à legislação, é “obrigatória”, entretanto, não existe fiscalização que garanta cumprimento e efetivação. *“Essa temática é explorada pontualmente na semana do 20 de novembro, em alusão à consciência negra, apenas”* (NAWUI, 2022).

O advento desta legislação evidencia a escola e o educador como contribuintes centrais na construção de uma educação antirracista, porém, é necessário que se preparem professores, gestores e todos os atores sociais inseridos nesses espaços, este é um desafio que perpassa por um processo de reflexão e ruptura sobre as culturas que são negadas e silenciadas nos currículos. Para Gomes (2012, p. 1005), “O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar”.

Alguns professores não sabem lidar com as interfaces da questão racial, na grande maioria, por falta de formação e desconhecimento da temática, as práticas pedagógicas voltadas para esses conteúdos são abordadas de forma isolada e esporadicamente em datas específicas do ano, o que reforça a escola como um espaço reprodutor de preconceitos, racismo e desigualdades.

Nessa perspectiva, inferimos que a proposta de ensino da história e cultura afro-brasileira não resolverá todos os problemas que envolvem o racismo brasileiro, mas pode ser um caminho para pensar um modelo de educação que nos reconheça como sujeitos de direitos, promovendo “o reconhecimento da nossa voz enquanto seres humanos e da nossa diferença em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros” (GOMES, 2012, p. 105).

Os conflitos raciais existentes na escola precisam ser detectados, pelos professores, uma vez que a escola tem a função social de estabelecer diálogos que sejam contrários a

preconceitos, racismo e qualquer outra forma de discriminação. É constrangedor ouvir que um local onde deveria ser de acolhida e respeito, é um ambiente hostil. Nesse ínterim, Cavaleiro (2001, p. 142) pontua:

A educação formal tem grande relevância para a formação de cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos civis, políticos e sociais. Torna-se, então fundamental a reflexão por parte de nós profissionais da educação sobre a presença das formas que conduzem às desigualdades na sociedade e também no espaço escolar. Compreender e reconhecer a desvantagem que constitui o racismo para o desenvolvimento das relações sociais entre negros e brancos com a penalização dos cidadãos negros constitui uma ação fundamental para enfrentar essa falta de equidade.

Todavia, reconhecemos que esse tema é complexo e repleto de contradições. Em um país violento como o nosso, falar sobre gênero e raça é ir contra as estruturas que o sustentam. Para tanto, na tentativa de denunciar e fomentar esse debate, Nawui conta que hoje não está mais sozinha e tem como aliados no combate ao racismo: o Grupo de dança Afixirê, do qual faz parte como bailarina; a sua atuação como militante, educadora popular e sua atuação enquanto coordenadora de atividades culturais no Centro de Defesa da Vida e dos direitos Humanos e o Coletivo Negro de Açailândia. É importante ressaltar que a caminhada forjada nos movimentos sociais, na militância por direitos humanos é mais uma característica incomum entre as duas mulheres negras inicialmente aqui mencionadas.

Nas palavras de Djamila Ribeiro (2018, p.27), “Nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós seguirmos sendo alvo de constantes ataques a humanidade toda corre perigo”. Corremos riscos pelo fato de sermos mulheres viventes em um mundo de domínio masculino, branco e de negação de nossa humanidade. Segundo dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹², lançado pelo Fórum Brasileiro, seis em cada dez mulheres vítimas de feminicídio, no Brasil, em 2021, eram de mulheres negras. De acordo com o estudo, 37,5% eram brancas e amarelas e indígenas somam 1%. A disparidade assombrosa ilustra a nocividade de um país genocida e feminicida.

A mulher tem direito de participar da riqueza da nação, que ela mesma ajudou a construir. Tem o direito a um patrimônio correspondente ao seu esforço na construção de nossa sociedade, direito a isonomia profissional com os homens, a uma vida digna e a uma renda capaz de lhe prover suas necessidades (BERTH, 2019, p.49).

Desse modo, somos obrigadas a erguer nossas vozes em busca de justiça social, emancipação e tudo que nos foi roubado historicamente. Temos direito de construir nossa vida de modo seguro e duradouro. Ainda sobre esse ponto, Hooks (2019, p.19) esclarece que

¹² Matéria assinada por Igor Rocha disponíveis em: <https://noticiapreta.com.br/62-das-vitimas-de-feminicidio-no-brasil-sao-negras-revela-levantamento/> Publicada em junho de 2022.

“enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres”. Comungando deste argumento, Nawi se pronuncia: *“hoje me compreendo uma mulher negra com muito orgulho e alegria, não tenho medo de me posicionar. Eu tenho uma voz importante nos espaços que ocupo. Mulher preta, pobre, filha de trabalhadores, moradora da periferia, fruto de projetos sociais”*.

Dito isso, observamos para além da narrativa, um corpo político se expressando, a voz forte de uma jovem esperançosa e consciente do lugar de fala e do papel enquanto educadora popular que tem centralizado a pauta racial em ações e intervenções junto a crianças e adolescentes inseridos nas atividades socioculturais do CDVDH/CB. Neste contexto, Nawui cresceu inserida em projetos sociais e verbalizou que de lá vem a formação política e essencialmente o envolvimento na luta pela efetivação dos direitos humanos. Devido a esse engajamento, atualmente realiza ações de educação popular, como rodas de conversas em universidades, escolas, bairros e outros órgãos, oficinas de dança com mulheres, espetáculos de dança afro, oficinas, semanas culturais entre outras atividades, com vistas a fomentar o combate ao racismo, considerando que o público é diverso e contempla crianças, adolescentes negros, periféricos e em condições de vulnerabilidades, além de universitários, servidores públicos e privados.

A educação popular é aqui compreendida com inspirações em Paulo Freire, como um modelo desenvolvido pelo povo e para o povo que valoriza os saberes populares, é educar para outros mundos possíveis. Para Godotti (2018, p.26):

Paulo Freire um educador de outros mundos possíveis. O que é educar para outros mundos possíveis? Educar para um outro mundo possível (no plural) é, antes de mais nada, visibilizar o que foi escondido para oprimir, é dar voz aos que não são escutados. A luta feminista, o movimento ecológico, o movimento zapatista, o movimento dos Sem Terra e outros, tornaram visível o que estava invisibilizado por séculos de opressão.

Nessa perspectiva, consideramos a relevância social das atividades promovido por Nawui. Quando somos chamadas para falar, é importante que falemos com a responsabilidade coletiva de afirmar nossas lutas, para que nossa voz abrace outras mulheres ou qualquer pessoa que viva na condição de opressão (HOOKS, 2019).

Contudo, a coragem e o poder de fala não rompem com as dificuldades preestabelecida a uma militante negra, esta posição também faz com que ela desenvolva fragilidades e sentimentos negativos sobre si mesma. *“Atualmente, lidar com a minha alta sabotagem, e desconstruir o sentimento de incapacidade intelectual que o racismo me causou”* (Nawi, entrevistada dia 28/12/2022). A ideia de que certos lugares são inalcançáveis para nós é uma premissa que o racismo estrutural internalizada em nossas mentes.

3.4 A voz de uma professora negra no enfrentamento ao racismo

3.4.1 Izogie

“Eu vou mostrando para eles a importância do negro”.

Izogie é professora, 54 anos, atua no ensino fundamental, com alunos do primeiro ao quinto ano da educação básica. Ela rememora que, quando criança, ciente do pertencimento étnico racial como negra, entendeu que precisava estudar para ter uma profissão, já que seu sonho de ser freira não podia se realizar, porque na sua imaginação, o convento jamais lhe aceitaria por ser negra. *“Quando comecei ouvir na escola, as condições a história dos negros, as situações que eles passavam eu entendia que precisava me preparar para o futuro porque eles não eram e não são aceitos. Na escola fui me identificando e compreendendo minha origem”* (IZOGIE, 2022).

“O currículo escolar, tal qual a sociedade brasileira, está pautado numa compreensão de que apenas a cultura do colonizador – branca, masculina, heterossexual e cristã – tem legitimidade para ser estudada” (PASSOS, 2008, p. 17). Logo, percebemos que ele não é neutro, ou seja, favorece para mais disparidade estruturais e privilegia um grupo em detrimento de outro.

Stamatto (2002) afirma que os espaços reservados à mulher no período colonial eram voltados à servidão, à vida religiosa e ao casamento. Muitas delas, para ter acesso à educação, recorriam à vida religiosa em conventos. Assim, os processos formativos desde sempre construíram um projeto de negação e restrição a determinados sujeitos. “A educação se encarregava de tornar as concepções do que era adequado e permitido a homens e mulheres, um paradigma cultural, social e religioso plenamente vivenciado, como se a natureza fosse a responsável por essas diferenças absolutas” (VASCONCELOS, 2011, p.25-26).

A dualidade dessa narrativa evidencia que a compreensão identitária veio atrelada a uma condição de exclusão que não foi superada. Izogie sinaliza que a não aceitação dos negros é um problema e ela, nesta condição, precisou fazer mais do que se fosse uma mulher branca, se qualificou, fez e faz cursos para exercer sua profissão com excelência e poder contribuir com os alunos no enfrentamento dessa questão. Conta que estudou a vida inteira em escola pública e tinha uma colega negra dentro da sala, porém as duas nunca receberam nenhuma crítica ou atitudes racistas, a interação com todas as pessoas sempre ocorreu de forma harmoniosa e tranquila, tanto na trajetória escolar quanto na vida adulta enquanto profissional.

O que merece atenção é o contraste da afirmativa Izogie que dimensiona a gravidade a ponto de ter convicção que por ser negra, precisa provar sua competência, sua qualidade, uma

vez que esses adjetivos sempre são questionáveis, quando adicionados a nós pessoas pretas e, ao mesmo tempo, não revela desconforto ou conflito em suas relações interpessoais.

Às vezes, vejo que temos uma mente mais aberta para cuidar de quem chega na sala, devido eu ser negra, consigo orientar as crianças quando chega essa questão, eu vou mostrando para eles a importância do negro. Posso falar da cultura, trazendo as comidas típicas, a capoeira, algumas palavras que são de origem africanas, tem várias formas (IZOGIE, entrevistada em 14/12/2022).

Comungamos com Munanga (2005), quando ele pontua que as práticas discriminatórias nas escolas envolvem o forte racismo repassado pelos livros didáticos. Portanto, em contrapartida, os professores podem trabalhar com os alunos sobre uma gama de conhecimentos que vão além da perversidade escravista, conduzindo diálogos que evidenciam a riqueza cultural, história, espiritualidade e ancestralidade negra, pouco explorados e até desconhecidos.

Esse universo envolve o campo da linguagem, a culinária, a dança, a moda, música, a literatura, existe um universo que pode ser explorado, quando pensamos sobre a contribuição negra no desenvolvimento e na história brasileira, porém essa riqueza não é ensinada nos processos formativos.

A escola é um dos espaços que interfere e muito no complexo processo de construção das identidades. O tempo de escola ocupa um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. Esse tempo registra lembranças, produz experiências e deixa marcas profundas naqueles que conseguem ter acesso à educação escolar. Tais fatores interferem nas relações estabelecidas entre os sujeitos e na maneira como esses tem a si mesmos e ao outro no cotidiano da escola (GOMES, 1996, p.2).

A preocupação de Izogie em oportunizar aos seus alunos orientações para se defender de manifestação desrespeitosa seja de qual for a ordem significa que ela reconhece que em sua prática docente terá de lidar com uma diversidade humana que inclui raça, gênero, sexualidade etc. Segundo Arroyo (2004), estes sujeitos “outros” adentram cada vez mais as escolas e chegam trazendo indagações sobre o pensar e fazer pedagógico. O que o autor quer nos dizer é que há que se pensar em outros formatos outras pedagogias que estejam a serviço da diversidade e emancipação dos sujeitos.

Há muitos trabalhos e projetos referentes ao tema, isso faz parte dos planejamentos das grades curriculares, agora eu acho que muitos professores no seu íntimo não aceitam, fazem como uma obrigação e não sabem nada sobre as diferenças. *“Se eu uma mulher umbandista chegar para os pais vestida da minha representação religiosa (mãe pequena) do terreiro vão me descriminar e posso até perder meu emprego. Eu não falo de religião dentro da escola”* (IZOGIE, entrevistada em 14/12/2022).

Sabemos que a umbanda é uma religião de matriz africana e ainda muito demonizada e discriminada. Há uma repulsa e desconhecimento justamente porque a religião aceita é a cristã

a dos brancos os tidos como puro e modelo ideal de crença a exemplo temos a figura de Jesus Cristo representada com fenótipo não negro uma imagem que por si só já constrói convicções equivocadas. A repulsa que Izogie possui em falar do assunto é por saber que as ordenações religiosas que estão autorizadas nas escolas não é a do povo preto, esse discurso poderá lhe causar riscos pela grande intolerância religiosa que é pregada e estabelecida nos diversos ambientes sociais e institucionais.

Essas palavras dialogam com uma experiência de infância relatada por Ribeiro (2018, p. 22) quando defende:

assumir-se “do axé” também é um ensinamento importante para quebrar estereótipos e difamações. Exu, por exemplo, que tantos temem, não é o demônio no candomblé, trata-se de uma invenção cristã. Iemanjá, é na verdade, negra, como todos os orixás, já que se trata de uma religião criada por negros.

Nesta mesma linha de pensamento explica: “A corrente preto velho, por exemplo, todos eles eram escravos hoje eles vem em forma espiritual usa a matéria para fazer caridade. Sempre para fazer o bem, não é nada de feitiçaria ou coisa ruim”. A Umbanda incorpora os adeptos dos deuses africanos como caboclos, pretos velhos, crianças, boiadeiros, eguns, exus, e outras entidades desencarnadas na Terra, sincretizando geralmente as religiões católica e espírita (PORTAL CULTURA AFRO-BRASILEIRA, [online]).

No período de escravidão os rituais eram criminalizados e perseguidos pela polícia. Desse modo, os praticantes eram obrigados assumir que eram católicos e que acreditavam em santos (SANTOS, 2016). As religiões afro-brasileiras, mesmo passado anos assim como qualquer outra influência negra sofre um constante movimento de invalidação. Ademais, não diferente de Izogie muitas outras pessoas ocultam sua prática religiosa para evitar conflitos e ataques.

Desde a infância somos instigados pelos nossos pais a introjetar em nossas vidas uma cultura religiosa, uma criação fundamentada em princípios, ensinamentos e condutas que influenciam muito das nossas ações e percepções de mundo. A religião por ser um instrumento de poder consegue manipular e alienar as pessoas de tal modo que elas passam crer em uma lógica segregadora cooptada por um fanatismo julgador e condenatória.

Nesse sentido, o racismo atua apartando as religiões. O cristianismo como “religião dos brancos”, e, portanto, “norma”. O candomblé e a umbanda como “dos negros”, “perigosa” e sobretudo “uma religião do mal”, “diabólica” (Pacheco, 2019).

Não podemos esquecer que dentro da escola pode haver estudantes adeptos e pertencentes dessas outras religiões, portanto elas não podem ser rechaçadas e sim compreendidas em sua dimensão histórica de resistência. Se estivéssemos um currículo atuante

com um caráter crítico-libertador dos sujeitos, aquele que produz, a partir de todas as experiências que se realizam na escola, e em direção a ela, vivências humanizadoras dos sujeitos teríamos menos problemas desta ordem.

A educação para os/as negros é uma ferramenta de enfrentamento das violações de direitos e propicia para estes a inserção no domínio da vida social e os potencializa enquanto sujeitos críticos frente a esta sociedade capitalista e desigual. Dessa forma, as abordagens que se materializam nos currículos e nas metodologias docente principalmente nas séries iniciais de base da escolarização, precisa pautar a desconstrução de narrativas racistas, preconceituosas que desqualifique e hierarquize esses/as indivíduos/as.

Consta mencionar que Izojie assume posições permeada pelas nuances de ser professora, umbandista e uma mulher negra que já vivenciou situações desagradáveis em todas estas dimensões em uma delas ocorreu a situação seguinte:

Uma vez a moça me disse que tinha um determinado objeto que eu procurava, mas era caro já achando que eu não podia comprar. Nos comércios os olhares são de desconfiança, de achar que não posso pagar nada. Isso não se faz. Porque com uma mulher branca que chega arrumada e em um carro bom o atendimento é outro (IZOJIE, entrevistada em 28/12/2022).

A violência simbólica que se caracteriza neste relato dificilmente aconteceria com uma pessoa branca porque elas compõem o grupo racial dominante que ditam os “lugares apropriados” para as pessoas de cor (GONZALES, 1982). É válido pontuar que essas práticas discriminatórias também se interligam com a perspectiva capitalista, ao pressupor que por não está vestida com roupas caras de luxo e não possuir um carro merece atendimento inferior. *“As crianças crescem com essa visão, vem de família, achando que quem possui muito é melhor do que aquele que não tem nada ou tem pouco”* (IZOGIE, 2022). Não distante das crianças, esses eventos começam a acontecer nas famílias, dentro dos lares, quando os pais precocemente presenteiam os filhos com brinquedos eletrônicos de última geração e vão sem identificar, estimulando neles o consumismo, a ideia do “ter e possuir” a qualquer custo.

Isto denota que vivemos em um sistema de valores capitalistas de mercantilização das relações e fetichização da riqueza, em que as pessoas são reconhecidas e bem tratadas conforme a cor, os bens materiais, as propriedades e quando não as tem, certamente serão em algum momento inferiorizada e descartadas. O simples fato de nascer branco já os colocam em um patamar de privilégio. Obviamente, não estamos aqui afirmando que este sujeito uma vez sendo pobre, ou atingido por qualquer outro marcador social, não irá sofrer dificuldades, no entanto, nada comparado ao que sofre a população negra. *“Eu sempre falo que o negro ele é inteligente igual o branco, o sangue é da mesma cor e só muda a pele”* (IZOJIE, 2022).

Notamos o que a fala é carregada de significados, na medida em que faz uma comparação, ainda que sem intencionalidade, ela reproduz um discurso da supremacia branca como excelência de saber. Entendemos que o processo de conhecimento possui sua subjetividade, o negro não precisa ser comparado ou igualado para provar sua inteligência, e não é unicamente a cor da pele que o difere, são também os aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos.

Para Apple (2000), as políticas em educação devem ser pensadas como políticas culturais, o que permite pensar em determinantes, como família, raça, gênero e relações de classe. Para o autor, a política cultural é imprescindível para entender a realidade social das pessoas, isso implica que ela está articulada aos processos formativos. Assim, consideramos que o discurso da professora se fundamenta em um esforço e comprometimento em promover na prática docente saberes que estejam alinhados a uma educação a serviço de uma prática libertadora.

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja a alma dos alunos (HOOKS, 2007, p. 25).

A proteção dos alunos se expressa quando a sala de aula é um espaço não só de obrigatoriedades, mas que oferece relações baseada no cuidado e no aprendizado como defendidas por Paulo Freire e Bell Hooks uma educação que ensine a “transgredir” as barreiras raciais, patriarcais e de classe.

4- GIRANDO A RODA: ENCONTRO DE PARTILHAS, MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NEGRAS

A intenção neste capítulo é apresentar a roda de conversa e o podcast que foi construído a partir de diálogos reais sobre as temáticas relacionadas à raça, educação e ao gênero, partindo da realidade de cada sujeita, garantindo a elas o protagonismo em uma relação horizontal entre a pesquisadora e as pesquisadas prezando sempre pela ética e o respeito as nossas participantes. Entendemos que o formato em roda poderá transmitir uma ideia de acolhimento e confiança estabelecendo uma relação respeitosa e sem hierarquias.

A roda de conversa passou a ser entendida e utilizada como uma metodologia participativa em que se propõe partilhar experiências e desenvolver reflexão. Muito utilizada em intervenções comunitárias, seu referencial teórico parte da articulação de autores da psicologia social, da psicanálise, da saúde e da educação (BERTOLDO, 2018, p.18).

Está proposta metodológica é inspirada em Paulo Freire que por meio dos Círculos de Cultura na alfabetização de adultos iniciou essa prática aqui no Brasil. Com uma perspectiva horizontal o Círculo coloca o sujeito como partícipe, valorizando sua cultura e seus saberes. É nesse formato que compreendemos o sentido da nossa roda como uma relação sem hierarquias de saberes, mas norteada pela partilha de experiências, saberes e culturas em que todas possuem seus valores. Uma pedagogia que elimina as relações de autoridade e dar espaço ao diálogo e a libertação do homem no sentido da reflexão de consciência da situação em que vivem (Freire, 1967).

Portanto, o contato com as mulheres para esse momento foi por meio de telefonemas ligamos para cada uma e as convidamos para nossa roda que contou com a participação efetiva de quatro mulheres, pois uma faltou por questão de agenda profissional. Assim, na tarde dia 09 de agosto de 2023 recebi as pesquisandas no salão cultural do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán de Açailândia e não poderia ter local mais abençoado para recebe-las. É importante registrar que a escolha do lugar se deu em virtude de ser um local de Referência em defesa aos direitos humanos e possui uma forte atuação no combate ao trabalho escravo em âmbito municipal e nacional. Entendemos que muitas das lutas travadas por esta ONG se aproximam com temática da pesquisa.

O CDVDH – CB foi fundado por uma mulher aguerrida (Carmém Bascarán¹³), é uma organização não governamental que tem vinte cinco anos de história lutando pela defesa da vida e dos direitos humanos onde eles são ameaçados. É uma ONG que foi nasceu em 18 de novembro de 1996. Desde sua criação até o ano de 2010, denominava-se apenas por Centro de Defesa da Vida e Dos Direitos Humanos. Neste mesmo ano em homenagem a espanhola Carmem Bascarán Collantes, membra fundadora da entidade, passou a aderir o seu nome mediante votação democrática em Assembléia Geral Ordinária. (PEREIRA, 2022).

A energia do lugar abraçou e recebeu as mulheres fazendo com que elas se sentissem pertencentes do ambiente e com esse acolhimento iniciamos nossa roda ao som da música Povoada de composição da cantora Bahiana chamada Sued Nunes. Um som que homenageia a trajetória das mulheres negras da história. Tanto as que nos antecederam como as que hoje resistem são as bases que sustentam a canção “Povoada”.

Povoada
Quem falou que eu ando só?

¹³ Uma espanhola, missionária comboniana que em sua passagem por Açailândia Maranhão dedicou sua vida em defesa as pessoas mais empobrecidas e exploradas. Diante das inúmeras desigualdades sociais que afetavam o município, Carmem juntamente com algumas lideranças comunitárias e missionários fundaram a organização não governamental CDVDH-CB que não por acaso hoje carrega seu nome.

Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma mas não sou só

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma mas não sou só.

Compositores: Sued Nunes

Dando sequência a pesquisadora falou do envolvimento com a temática e do espaço que estava sendo ocupando, sobre a finalidade da pesquisa e pediu para que as mulheres também se apresentassem. Nesse momento é importante que o pesquisador tenha sabedoria para conduzir a fim de deixar as envolvidas a vontade para expressarem suas opiniões sem receio de julgamentos.

O pesquisador deve esquecer totalmente suas próprias opiniões e categorias de pensamento. Ele só deve pensar uma coisa: tem um mundo a descobrir, cheio de riquezas desconhecidas. Cada universo pessoal tem suas riquezas, com uma imensidão de coisas a ensinar. Mas, para isso, toda atitude de recusa e hostilidade deve ser evitadas, sejam quais forem as ideias e comportamentos daquele que fala. É preciso simplesmente procurar compreender, com amor e consideração (KAUFMANM, 1948, p.85).

Todos os esforços foram feitos para proporcionar segurança e confiança nas nossas sujeitas. Assim realizamos uma escuta acolhedora compreendendo cada gesto, choro e pausa durante os discursos porque mais importante do que os resultados da pesquisa é o respeito entre as relações pesquisador e pesquisando. Conseguimos estabelecer uma roda de conversa baseada na empatia e no amor.

O amor é profundamente político. Nossa mais profunda revolução virá quando compreendermos esta verdade. Só o amor pode nos dar a força para seguirmos em frente em meio ao desgosto e à miséria. Somente o amor pode nos dar o poder de reconciliar, de redimir, o poder de renovar espíritos cansados e salvar almas perdidas. O poder transformador do amor é a base de toda mudança social significativa (HOOKS, 2001, p.16-17).

Concordamos com os escritos de Hooks quando aponta a educação e o amor como meios de libertação das opressões, pois esses fenômenos substanciaram nossa conversa e foram reconhecidos também nos discursos. Como bem afirma Freire “Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (1979, p.84). Sabemos que a educação não é acessada de forma igual cada indivíduo parte de uma experiência diferente, mas continuamos acreditando que ela é uma das possibilidades de melhorar o mundo.

Vale frisar, que sobre as condições éticas da pesquisa os nomes das participantes são fictícios seguindo a mesma configuração de escolha estabelecido nas entrevistas. As mulheres carinhosamente receberam o nome das guerreiras de Daomé.

As guerreiras do reino de Daomé, atual Benin, representadas no novo filme protagonizado por Viola Davis, foram mulheres que formavam um forte exército que protegia o rei, o Estado e consequentemente lutaram contra a força colonial, mais especificamente contra o exército francês, em guerras no século XIX. Não se tem precisão do período em que o exército de mulheres do Daomé foi criado, mas acredita-se que elas podem ter vindo de dois grupos distintos: das caçadoras de elefantes, comuns nos séculos XVII e XVIII ou das mulheres que faziam a segurança do palácio real e do monarca. O Agoji pode ser considerado o único exército exclusivo de mulheres com registros históricos (ROCHA, 2022, p.01).

A escolha da representação dos nomes conectadas ao filme se construiu por meio da escuta das trajetórias, enxergando as mulheres sobre uma perspectiva de força e coragem, assim como no cinema na vida real cada uma possui suas guerras diárias. Relacionar ambos é também uma forma de conhecer sobre a ancestralidade feminina e africana, poucos sabemos sobre a historicidade do continente africano e quando conhecemos é uma história eurocêntrica contada a partir do olhar do opressor.

Imagem 09 – Guerreiras de Daomé do filme A Mulher Rei



Arquivo retirado da Veja (2022).

Para facilitar a compreensão do texto destacamos as narrativas por meio de aspas, fonte itálico e criamos um quadro de caracterização com alguns determinantes importantes. Vale ressaltar que os nomes utilizados são de origem africana e alguns deles conseguimos encontrar os significados conforme o exposto abaixo.

Quadro de caracterização das participantes

Nome e significados	Idade	Função
Nawi – A mais bela	37	Educadora Popular, militante do CDVDH-CB.
Nanisca – mulher guerreira	48	Militante do Partido dos Trabalhadores, Membro do Conselho Municipal da Mulher de Açailândia

		e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
Ode – Nascida na estrada	40	Agente de cidadania do CDVDHCB e Militante do Rede Cidadania ¹⁴
Amenza	34	Professora, Letrologa e assessora parlamentar
Izogie – coragem sabedoria	54	Professora da rede Municipal integrante do Centro Espirita Filhos do Oriente Maior Senzala dos Negros ¹⁵

Após essas preliminares conduzimos o momento por meio de uma mística chamando atenção das participantes para o centro da roda que estavam expostas bonecas pretas, um livro, e uma reportagem sobre racismo acompanhado das palavras geradoras “Mulher Negra- Racismo- Educação- Antirracismo”.

Imagem 10- Mística realizada em 09 de agosto de 2023. Exposição dos elementos e categorias: Boneca preta, Livro, Ações Antirracistas, escrevivências e racismo.



Fonte: Acervo pessoal

As categorias foram selecionadas com base na intencionalidade e quantidade em que apareceram nas narrativas da entrevista. Para Bogo (2008, p. 155):

Mística é um sentimento que passeia delicado e lento por dentro de nosso coração. Como se tivesse mãos, coloca o ânimo em cada pensamento. Mexe no

¹⁴ Rede Cidadania é uma organização da sociedade civil composta por várias entidades para fortalecer a luta por direitos.

¹⁵ Uma organização religiosa de Açailândia a qual Izogie participa ativamente há mais de 30 anos trabalhando com ações no sentido de promover o bem-estar das pessoas.

comportamento, no jeito de andar, falar e sorrir; é a força que nos faz sentir, prazer e arrependimento.

A mística desperta sentimentos diversos foi notável as expressões faciais de cada uma olhando as imagens algumas demonstraram contentamento ao fixar os olhos para alguns elementos, outras timidamente gestos de inquietude e dúvidas. Bogo (2008 p. 155), “para alguns a mística é simples emoção, para outros é dedicação; depende da convicção que se tem com a causa objetiva”. Movida por esses sentimentos foi pedido para que cada mulher escolhesse um elemento/palavra para falar sobre suas apreensões estabelecendo os acordos de que nesse momento não existia certo ou errado, elas poderiam falar sem medo o tempo que achassem necessário, tinham liberdade para escolher mais de um elemento ou falar de todos eles.

A roda começou seu giro pela palavra racismo narrada por Ode ela explicou:

“Eu peguei racismo porque nós mulheres negras somos tachadas. “Algumas pessoas se acham superiores já possuem o racismo neles próprios. É uma luta difícil diminuir essa realidade. É uma avalanche quando mais se trabalha pelo combate, mas ele vai crescendo, pois hoje as pessoas possuem maior liberdade se sentem à vontade para julgar e massacrar o outro. Não existe uma forma de combater se não for pela via da educação individual a transformação começa em nós. Podemos lutar pelos nossos direitos” (ODE, 09/08/2023 fragmentos da transcrição de narrativa).

O racismo não é uma característica natural do ser humano ele é adquirido de acordo com a nossa estrutura social. Essa atitude não é inata e sim apreendida socialmente (GOMES, 2012). Aprendemos pela ausência não nos enxergamos em determinados lugares e isso vai marcando nossa cor e dando ainda mais poderes e liberdade aos nossos opressores. A “liberdade” pontuada é a coragem de praticar esse crime sem nenhum pudor. Kabelegue Munanga concedeu uma entrevista para o portal Geledes e afirmou “no Brasil o racismo é o crime perfeito” porque apesar da prática ser inafiançável a vítima é quem paga um “preço alto” na medida que se torna o culpado enquanto quem cometeu permanece impune (FARIA, RAMOS, 2009). Amenza pegou Ações Antirracistas e explanou:

“o primeiro passo para trabalhar essas ações é tentando, não é fácil. Eu como pessoa preta tenho buscado o meu lugar de fala, isso é nos retirado, querem falar e decidir por nós, nem sempre essas pessoas conseguem compreender as situações de descredito e dores que vivenciamos. Sabemos que o racismo já vem enraizado desde os primórdios e do período colonial do nosso país isso vai se perpetuando durante todo o tempo, mas por outro lado hoje já estamos chegando em uma época que ele não é mais aceitável. Portanto acho que em primeiro lugar seria reconhecer seu lugar de fala, eu posso me calar, respeitar e ouvir a vivência do outro; trabalhar a educação antirracista para que todos compreendam; fazer a denúncia porque algumas pessoas sofrem o racismo mais deixa passar, e isso magoa, adoce e retira nossa autoestima. Essas ações elas precisam ser trabalhadas em todos os ambientes, na família, com grupo de amigos, com os alunos, nas redes sociais porque compreendo que assim eu estou fazendo minha parte. Militando e lutando pela causa” (AMENZA, 09/08/2023 fragmentos da transcrição de narrativa).

O debate sobre lugar de fala tem repercutido bastante em torno de quem pode ou não falar sobre determinada concepção. Com base em Djamila Ribeiro entendemos que todos possuem seu lugar social e é a partir dele que falamos.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo ambos os grupos podem e devem definir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO 2017. p.86).

O entendimento de Ode está diretamente interligado ao seu lócus social. Ela compreende as dificuldades que permeiam seu lugar uma vez que existe uma disputa de narrativas que não a beneficiada. Um outro destaque importante da fala da professora foi a educação antirracista e a denúncia. Convém destacar que ambos interligados podem nos potencializar a enxergar o racismo em seus desdobramentos e também combatê-lo, pois na medida que a denúncia é realizada passamos por um processo de reflexão e educação dos nossos direitos.

Infelizmente, a falta de denúncia expressada pelo “deixar passar” demonstra como precisamos avançar no que diz respeito ao acesso à justiça, pois sabemos o quanto esses espaços são hegemonicamente brancos e violentos. O sistema de segurança público brasileiro está inserido em uma lógica punitiva, excludente, opressora, violento e sobretudo racista que se caracteriza por um sistema carcerário que tem como alvo principal negros/as e pobres; isso é fruto de um País que não reconhece em suas bases históricas a desigualdade racial que divide a sociedade.

Um sistema que devia atuar para minimizar o quadro de injustiça social é mais uma instituição que promove o racismo institucional quando a própria polícia mata ou criminaliza um corpo negro. Esses elementos geram em muitas pessoas medo e desconfiança nesses órgãos os impossibilitando de procurar qualquer tipo de reparação e justiça.

A terceira participante Nanisca pegou uma boneca preta e justificou que não foi só pelo fato de ser uma mulher negra, mas para falar que foi criada morando nas casas alheias e nesse ambiente foi ensinada a não ser preta.

“Passavam alisante no meu cabelo para ele ficar liso. Então tornar-se uma pessoa preta é uma questão de reconhecer de onde você veio e o que você é. Eu só entendi esse sentido depois de me tornar adulta e mãe. Eu entendi o que é o racismo e o preconceito, compreendi o que é ser uma trabalhadora e filha de trabalhadora rural e me identificar com minhas raízes. Hoje não corto mais o meu cabelo eu gosto dele curtinho e enroladinho e tenho uma missão na vida que é dizer isso para minha neta que também tem o cabelo afro e na escola ela é tentada a não o usar. Isso é o racismo que vivemos todos os dias eu vivo em casa, vivo no meu trabalho e nas ruas. Temos que fazer o exercício todos os dias de não deixar que ninguém nos silencie, demarcar nosso espaço de pessoa negra, no andar, no vestir e principalmente no existir porque

nós ajudamos construir esse país e somos a maioria nele” (NANISCA, 09/08/2023 fragmentos da transcrição de narrativa).

O termo torna-se uma pessoa preta utilizado pela participante está intrinsicamente ligado as suas origens, memórias, família e as experiências traumáticas que teve na infância e marcam sua vida até hoje. Souza (1983, p. 06) “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas”.

O cabelo é um símbolo estético feminino importante quando uma mulher é obrigada a alisa-lo a exclusão social começa a operar. É uma forma de negação uma imposição que responde a um padrão de supervalorização estético branco que não aceita os traços fenotípicos negro.

As experiências do negro em relação ao cabelo começam muito cedo. Mas engana-se quem pensa que tal processo inicia-se com o uso dos produtos químicos ou com o alisamento do cabelo com pente ou ferro quente. As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizadas pela mãe, tia irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela então criança negra – hoje, uma mulher adulta – como o penteado preferido pela infância. (GOMES, 2002, p. 43).

Historicamente o cabelo do negro seja em qual de suas formas crespo, afro, cacheado curto ou longo são alvos de preconceitos isso porque fomos induzidos por uma indústria estética que apresenta a mulher branca de cabelos liso e olhos claros como modelo ideal e assim vai nos ensinando a usar mecanismos para esconder nossa própria imagem e consequentemente duvidar de nossa beleza. Essa pressão continua fazendo com que meninas e mulheres se submetam a variados processos em busca de um padrão perfeito que dificilmente é alcançada. Além de descaracterizar totalmente uma pessoa, esses processos podem acarretar em graves consequências como doenças, arrependimentos e problemas com autoestima.

É necessário destacar que não se trata de culpar a mulher por uma escolha de modificação do cabelo ou qualquer outra parte de seu corpo, mas que se tenha convicção da beleza e importância de seus traços. Portanto, que seja uma escolha consciente e não imposta de forma traumática como foi pontuada nas lembranças de Nanisca.

A relação entre memória e identidade é muitas vezes construída por experiências cotidianas (POLLARK 1992). Dessa forma, quando ela ressalta que hoje ensina sua neta a se orgulhar do seu cabelo nos mostra a satisfação com sua identidade que mesmo atravessada por exigências traumáticas também se configura como resistência. Nesta perspectiva, Carvalho

(2015), assumir o cabelo crespo se articula a um processo de representação política e conquista do povo negro.

Para uma mulher negra essa assunção é um ato político é ocupar o seu lugar na sociedade e principalmente negar a pressão estética branca pela qual somos manipulados cotidianamente. “O cabelo e a cor da pele podem sair do lugar da inferioridade e ocupar o lugar da beleza negra, assumindo uma significação política”. (GOMES, 2002, p. 49).

A significação política se dar quando enxergamos nossa beleza e não mais a do outro como ideal isso perpassa pelo modo de vestir, pelo cabelo, corpo e cor da pele. Ao assumir esse lugar também ficamos mais expostas ao racismo que é uma marca presente nas vivências de toda pessoa preta.

A narrativa de Nanisca é muito consciente no que diz respeito ao seu pertencimento racial e ela compreende que tem a responsabilidade de dialogar com sua família ensinar a sua neta construir uma identidade positiva de sua negritude tendo ela própria como referência.

O fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. O essencial para um povo é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo possível. (MUNANGA, 2009, p. 12).

Para uma criança que está construindo esse processo é importante trazer elementos e valores positivos de nossa história, cultura e ancestralidade. É contar a história sobre uma outra ótica que não limite a população negra a condição de subalternidade. Alguém precisa dizer que suas estéticas, corpos e religiões precisam ser valorizadas e elas também podem acessar qualquer espaço de poder. Essas atitudes quando acontecem dentro de casa nas relações familiares podem contribuir para a formação de crianças conscientes racialmente e orgulhosas de suas origens.

Ainda nesse movimento circular ouvimos Nawi que optou pelo livro para nos falar sobre educação afirmando:

“Pautas como essas são muito caras para nós, pois nunca foi fácil se reconhecer negra. Somos criadas escutando ser moreninha, chocolate e qualquer outra coisa que não seja nossa cor de verdade preta. Eu só me reconheci uma mulher negra por meio da educação e do meu trabalho aqui no CDVDHCB com a educação popular, a arte, a dança, as formações cidadãs oferecidas pela ONG essas ações ensinaram a mim e outras crianças que somos pessoas negras e temos culturas valiosas. A princípio a educação popular e depois a partir de outras perspectivas com as leituras de escritores negras. No meu Trabalho de Conclusão de Curso e minha dissertação de mestrado eu trago parte disso e deixo claro que a educação me ensinou a compreender que sou uma mulher negra vitoriosa e que não devo me colocar em um lugar de inferioridade por causa disso. A educação é um mecanismo que me possibilita lutar contra o racismo brutal pelo qual eu outras crianças e adultos já passaram e ainda passam. Hoje depois de todo esse processo tenho orgulho de assumir minhas origens e devo tudo isso a esse espaço centro de defesa, a educação

popular e as ações antirracistas que está organização não governamental tem trabalhado ao longo de toda sua história porque aqui de uma maneira artística e grandiosa educa e transforma a vida das pessoas. O centro desenvolve um projeto chamado Mulher Maravilha que tem como objetivo empoderar mulheres para que alcancem o seu protagonismo e entendam o seu poder. Temos ainda um grupo de dança afro chamado AFIXIRÊ (dança e alegria) que atua como instrumento de denúncia contra o racismo. Tudo isso que estou citando é promoção de educação, eu acredito que assim como eu apreendi, eu preciso propagar isso para que alcance outras pessoas é fundamental que o conhecimento seja disseminado e por isso hoje eu semeio essa semente para outras crianças e outras mulheres através do meu trabalho como coordenadora de cultura” (NAWI, 09/08/2023 fragmentos da transcrição de narrativa).

A fala chama atenção para o poder que a educação exerce na vida das pessoas, ressaltando a educação popular o acesso a arte e a cultura como elementos constitutivos para seu pertencimento racial. Essa afirmativa evidencia que existem diferentes formas de produzir, compartilhar saberes, embora o conhecimento pautado na academia e nas escolas seja o mais validado não se pode ignorar outros saberes.

A educação popular tem-se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza, e de dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial (GODOTTI, 2007, p.24).

A arte, dança, a capoeira são elementos que fazem parte da cultura e resistência negra. Sendo assim, são necessários para pensar o trato da questão racial bem como o protagonismo da população negra brasileira além do que são formas diferentes e lúdicas para envolver as pessoas e ensina-las sobre a resistência e luta dos nossos antepassados no período de escravidão.

A expectativa educacional da arte e das atividades artísticas vai além do campo puramente educacional. O recurso às práticas artísticas e culturais, como esperança educativa e formativa, não diz respeito apenas aos campos habituais da escola e da formação. Esse novo direcionamento está se espalhando por muitos setores da sociedade: de hospitais a prisões, de empresas a locais de prostituição nos subúrbios, a arte é regularmente chamada e atrelada à tarefa de educação e reparação (ZANETTI, LOPES 2020, p.01).

Não podemos observar a educação como exclusividade da escola é nessa perspectiva que pontuamos a arte como mais uma ferramenta de denúncia e enfrentamento as opressões raciais. Situando a narrativa de Nawui observamos que ela vivência esse processo dentro das ações e atividades culturais desenvolvidas pela ONG a exemplo do coletivo de dança afro Afixirê. A dança afro brasileira é uma expressão artística que foi trazida da África para o Brasil, por muito tempo no continente africano os negros dançavam para aliviar suas angustias e contra o regime que os oprimiam. Para Nóbrega (1992), os negros africanos utilizavam a dança para transmitir os acontecimentos cotidianos da vida como o plantio, nascimento, a colheita e a morte.

O Afixirê atua como um trabalho de prevenção e promoção de direitos, acesso e promoção da cultura negra valorizando as raízes tradicionais vindas da África, resgatando jovens e crianças em situações de vulnerabilidades que encontram na dança uma nova possibilidade de sonhar garantindo a essas pessoas dignidade através da possibilidade que esta arte oportuniza. (SILVA, PEREIRA, ZAPAROLI, 2023).

É válido considerar a responsabilidade que a participante toma para si de fazer da pauta um processo coletivo em que o diálogo deve ser semeado para outras mulheres crianças e para sociedade de um modo geral.

4.1 Escrevivências

O segundo momento, ainda na dinâmica em roda de conversa foi apresentado para as pesquisadas uma imagem da escritora Conceição Evaristo e explanado sobre o termo Escrevivência.

Imagem 11- Apresentação da Escritora Conceição Evaristo em 09 de agosto de 2023.



Fonte: Acervo pessoal

Conceição Evaristo é doutora em literatura, professora aposentada e escritora negra nascida em Belo Horizonte herdou da família o gosto pela leitura. Em uma entrevista concedida para o portal Catarinas¹⁶ em 2021 revelou que a escrita foi uma das formas que a ajudou encarar o racismo em sua adolescência e agora como mulher negra na sociedade brasileira.

O conceito de escrevivência surgiu na sua escrita de dissertação a partir do jogo entre as palavras escrever-viver, escrever-se-ver, à sua preocupação com as mulheres africanas e os

¹⁶ Um portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos que foi fundado em 2016 e possui sede em Florianópolis, Santa Catarina.

processos de escravização associado a lembrança da imagem da mãe preta escravizada que cumpre as funções da casa sendo uma delas contar histórias para as crianças dormirem. “Ela não usa a fala como necessidade própria, a fala dela é usada em função do outro, então ela tem que contar histórias, ela tem que adormecer os meninos da casa grande, ela tem que inventar alguma coisa (GUZZO, 2021).

Observamos então que este foi um corpo escravizado em todas as suas dimensões inclusive na fala, vozes que foram utilizadas para servir a casa grande. Durante muito tempo da história mulheres não podiam usufruir de direitos básicos como por exemplo estudar. Dito isso, hoje para além da oralidade a mulher negra tem também a escrita e ela é uma forte aliada. Poder escrever como bem enfatizado pela própria Conceição Evaristo é uma das formas de apropriação das armas da casa grande.

Passada apresentação do conceito e da escritora foi pedido para que as participantes escrevessem suas vivências e respondessem o questionamento: Qual foi a primeira vez que você se sentiu negra? De imediato duas delas manifestaram suas respostas a primeira foi Amenza bastante emocionada que proferiu:

“Eu sou de uma família de irmãos extremamente brancos, então sempre que estava com eles na rua vinha a pergunta porque eu era de outra cor. Então foi minha mãe que me ensinou e usou alguns critérios para explicar que eu era e sou negra como o meu pai” AMENZA, 09/08/2023 fragmentos da transcrição de narrativa).

Assim, ela explica que foi entendendo sua origem e cor, muito pelo fato dos irmãos responderem como uma defesa para ela não se sentir diminuída diante dos questionamentos e olhares de desaprovação.

Seguidamente, Ode encionou:

“Eu sempre entendi que sou negra, quando eu fui adotada eu já era para ser a negra, aquela que fazia tudo. Para mim era normal, eu fui aprendendo com o tempo a me defender dos que queriam ser mais do que eu” (ODE, 09/08/2023 fragmentos da transcrição de narrativa).

No primeiro discurso chamamos atenção para a palavra defesa que foi mencionada como um gesto de carinho e acolhimento por partes dos irmãos, todavia notamos a carga negativa que ela transmite quando uma pessoa carece de proteção por ser preta em uma família branca e por vários momentos ser questionada a explicar sua cor. Essas questões são íntimas e desconfortáveis, pois dizem sobre configurações familiares que nem sempre são constituídas pela família natural formada pelos pais ou seus descendentes e ninguém deveria expor sua vida por uma pressão externa.

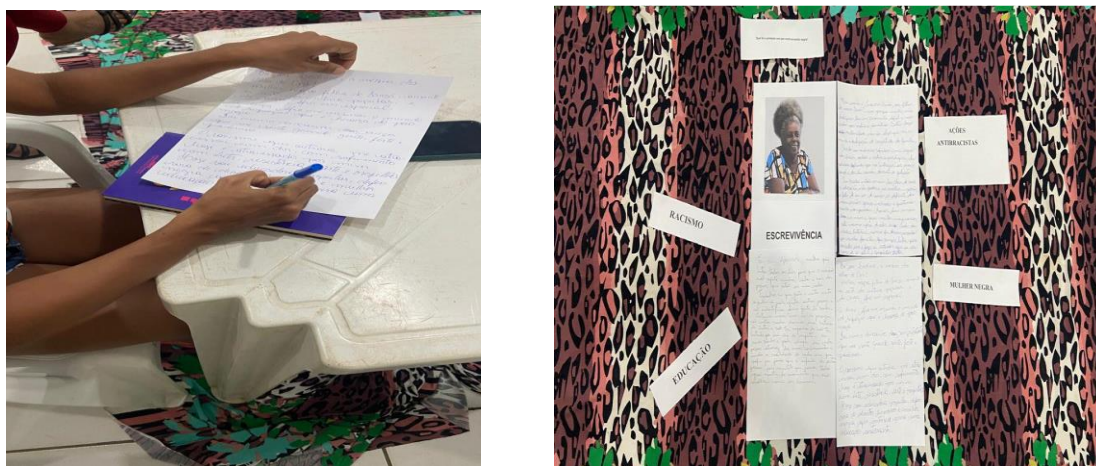
Enquanto que na segunda resposta a palavra também é citada na perspectiva de autodefesa e a participante faz uma associação de adoção e servidão verbalizando que em sua

infância a condição de filha não sanguínea automaticamente fez dela a responsável por tudo e naquele momento ela não tinha o direito de reclamar achava normal.

As violências que se apresentaram nos discursos se relacionam diretamente com as organizações familiares na primeira a obrigação de ser branca como os irmãos desconsiderando a cor do pai e na segunda à condição de adoção mais a raça ser usado para justificar o lugar de subalternidade.

Por conseguinte, no momento das escritas surgiram algumas inseguranças elas pontuaram as dificuldades de falarem delas próprias; que nunca tinham feito exercícios desse tipo, algumas demoraram para conseguir iniciar o texto, porém ao final conseguiram concluir.

Imagem 12- Produção das Escrevivências 09 de agosto de 2023



Fonte: Acervo pessoal

A escrevivência caminha no sentido de rebelar-se contra as injustiças que perpassam um corpo negro. Estimular tal prática com as mulheres fez com que elas primeiro de tudo compreendessem o valor da escrita na perspectiva da autora que utilizamos como referência e também trazer esse conhecimento para a realidade daquele momento utilizando a escrita para contar suas próprias histórias.

4.2 Produto Final

No que tange o produto da dissertação elaboramos um podcast narrativo trazendo as vivências dessas diversas mulheres que juntas acordamos em nomear de **Vozes Infinitas** motivadas pelo desejo de que nada possa limitar nossa condição enquanto mulheres e com o objetivo de contribuir para o protagonismo e a construção de uma educação emancipatória que respeite as identidades raciais.

Imagem- 13 Arte de Podcast produzida em 20 de setembro de 2023



Fonte: Arquivo pessoal

Para Freire (2015), o podcast pode apresentar o formato de áudio por meio de narrativas, bate papo, trocas de informações, debates expositivos entre duas ou mais pessoas como é o caso do formato que escolhemos. Para o desafio de ecoar essas vozes é fundamental mais uma vez destacar as condições éticas da pesquisa, para resguardar as identidades apenas uma das sujeitas envolvidas a (Nawi) gravou o podcast e reproduzir as narrativas das demais. O Vozes Infinitas foi gravado na tarde do dia vinte de setembro é um material composto por um único episódio de sete minutos e trinta e quatro segundos, porém construído por uma diversidade de mulheres, memórias e sentimentos que foram acompanhando todo o processo reflexivo e criativo da pesquisa.

O roteiro foi discutido e construído com Nawui. No primeiro momento organizamos o texto de abertura, apresentamos a finalidade do podcast deixando em evidência as categorias que iam ser mencionadas para situar os e as ouvintes. No Bloco inicial expulsemos os diálogos sobre racismo, identidade negra e educação, sendo que antes de cada um usamos músicas com frases de comando para introduzir as pautas e chamar atenção ao tema. No segundo e último bloco que denominamos como Escritas e Vivências trouxemos a escrevivência de uma das participantes por meio da leitura de uma carta e encerramos aludindo nossa intencionalidade.

Acreditamos que este material pode chegar em várias mulheres de diferentes localidades. Portanto, consideramos como um recurso importante para pesquisas em educação. Nesta linha de pensamento Jesus (2014, p.35) explica as características do podcast no campo educacional são elas:

Interação: É um processo amplo, trata do envolvimento dos sujeitos que produzem e consomem. Através de envio de mensagens e e-mails, da audição que pode ocorrer

dentro ou fora da escola, assim como o debate gerado pelo tema abordado; Linguagem: Trata da forma de expressão que pode ser utilizada; formal, informal ou ambos, levando a aproximação e a transmissão do conhecimento de forma mais leve; Conteúdo: Baseado na livre escolha do podcaster (pessoa que cria e desenvolve o podcast) desconstruindo as premissas da educação tradicional, na qual o discente tem pouco ou nenhum espaço para falar; Temporalidade: refere-se à disponibilidade, isto é, o discente poderá acessá-lo todo tempo que o arquivo estiver disponível, podendo usá-lo como recurso de recapitulação.

A produção do podcast oferece um formato dinâmico que oportuniza informação e entretenimento diferente das metodologias rígidas e formais comumente desenvolvidas dentro das Universidades que passa exclusivamente pela academia. Sabemos que existe contextos diferentes como: mulheres não alfabetizadas, as residentes na zona rural, de bairros periféricos etc. Sendo assim, pensamos em um produto que pudesse ser mais inclusivo e flexível para alcançar esses contextos e ecoar também dentro destes lares.

Paulo Freire fala da importância de manter a esperança viva não podemos negar que o final do percurso nos revelou possibilidades de ouvir, aprender, e potencializar esperança no coração de cada mulher que sorrindo agradecia pela participação na pesquisa. É importante destacar que o podcast será compartilhado com as pesquisandas e todas as pessoas que estiverem interesse ou realizam trabalhos com temáticas afins porque compartilhamos da concepção de que nada pode ser mais esperançoso do que espalhar saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta não acabou
Lutarei firmemente contra as injustiças sociais
que tanto machucam nosso povo.
Carregamos as marcas destas injustiças
em nosso corpo e em nossa mente,
Por isso, peço que lute até a morte.
(...)
Se for preciso amar, vamos amar.
Se for preciso fugir para serem livres, vamos fugir.
Se for preciso quebrar as máquinas
ou colocar fogo no canavial, vamos colocar.
O que não podemos ser é,
humilhados, oprimidos, maltratados
ou condenados por nossa cor.
(CHARLES DALAN)

A construção desta pesquisa atravessa a minha existência enquanto uma mulher negra que desde sempre se inquietou com as disparidades raciais presentes na sociedade brasileira. A nossa formação social e econômica foi constituída por um sistema escravagista e patriarcal em

que a figura de poder era representada por homens brancos e europeus. Neste sentido, raça e gênero são as categorias estruturantes na formação da identidade negra.

Os dados apresentados na pesquisa apontam para a necessidade em discutir ambas as categorias em uma perspectiva comprometida com os direitos humanos de forma profunda e crítica partindo de um arcabouço teórico que dê subsídios para práticas de valores antirracistas. Questionar os traços produzidos e reproduzidos do racismo é um passo importante para descortinar as posturas de preconceito e discriminação que estão presentes na vida de muitos sujeitos, em especial das mulheres.

Inferimos que a inclusão da História e Cultura Africana e Afro Brasileira nas escolas não é cumprida. Isso se reflete de forma nociva na sociedade e na formação dos indivíduos, pois as pessoas continuam reproduzindo a imagem da população negra de forma banalizada e deturpada. Ainda não superamos os impactos que a escravidão trouxe para a vida cotidiana.

Tal caminho, inquietaram-nos em pesquisar de que forma foi construída a trajetória educacional das mulheres negras militantes no município em Açailândia, Maranhão? Obtivemos por resultado que todas ainda que de modos diferentes estiveram a vida cotidiana marcada pelas opressões de raça, classe e gênero. Ao investigarmos as trajetórias educacionais identificamos que a pauta racial não foi contemplada com o rigor que ela necessita. Sendo o processo de escolarização mais uma esfera social em que o racismo opera ensinando as crianças crescerem não gostando de suas aparências. Ademais diante dos inúmeros desdobramentos negativos ocasionados pela hierarquia racial os espaços de militância e as ações de educação popular foram sinalizadas como lugares de resistência, autoafirmação de identidade e antirracismo.

Como primeiro objetivo específico, tivemos de discutir a partir da base teórica elementos estruturantes do conceito de gênero e raça. Dialogamos como ambos se interseccionam e são importantes para a compreensão da formação social e econômica brasileira. Na pesquisa foi possível notar os entraves de se construir uma identidade negra alicerçada historicamente com os processos de miscigenação e teoria do branqueamento, aqui entendemos o quanto a mulher sofre um processo de assujeitamento por conta da cor da pele que torna seu acesso desigual ao trabalho, a educação, e qualquer condição de ascensão social. Assim a promoção de uma sociedade antirracista tem sido uma luta intensa do feminismo negro e de várias mulheres que desejam ser reconhecidas como sujeitas de direitos de forma justa e equânime.

No segundo objetivo específico, nos propusemos identificar nas narrativas das trajetórias educacionais de militantes negras, possíveis instrumentos de educação antirracista. Baseada nas narrativas em primeira pessoa observamos que essas práticas fazem parte da rotina

de todas elas que mencionaram: rodas de conversas, atividades culturais, oficinas formativas, espetáculos de dança, representatividade nos espaços de decisão, aulas expositivas e que acontecem durante o ano inteiro seja em sala de aula ou outros espaços formativos de acordo com suas atuações profissionais.

Uma entrevistada menciona com brilho nos olhos sua participação na organização da Marcha das Margaridas uma junção de diversas mulheres que se reúnem para reivindicar suas pautas dentre elas o combate ao racismo e qualquer outra violência contra seus corpos. Entendemos que este movimento é sim um instrumento provedor de educação antirracista na medida que tem como um dos eixos a Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo.

Por fim o terceiro e último objetivo foi a elaboração de um podcast com as narrativas que foram verbalizadas na roda de conversa. Ao observarmos as falas percebemos o quanto as mulheres se sentiram felizes em participar daquele momento, elas ficaram à vontade em compartilhar suas vivências. Os elementos expostos na mística em roda trouxeram detalhes que complementaram as entrevistas. Podemos concluir que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, na medida em que compreendemos a trajetórias educacional das mulheres negras militantes em Açaílandia Maranhão.

Como limitação do trabalho não conseguimos entrevistar as cinco mulheres como era a pretensão inicial, no entanto nos esforçamos para que a redução não comprometesse o desenvolvimento da pesquisa e seguimos com as possibilidades reais de execução.

Os discursos de dor proferido por repetidas vezes pelas participantes nos inquietam no sentido de entendermos que essa abordagem não se conclui aqui, mas, norteiam novas pesquisas no que concerne o debate racial. Precisamos continuar lutando contra as amarras que tanto nos aprisionam.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BAIROS, Luiza. “Lembrando Lelia Gonzalez”. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000.
- BARBOSA, Wilson Nascimento; SANTOS, José Rufino. **Atrás do muro da noite**. Brasília: Minc. Fundação Cultural Palmares, 1994.
- BARBALHO, Cristiane; CHAGAS, Danieli. Literatura no espaço escolar e seu papel na problematização das relações étnico-raciais e de gênero. In: SILVA JÚNIOR; Jonas Alves; RODRIGUES, Liliana; CARDOSO, Marcelina Amorin (orgs.). **Feminismo e Educação**. Curitiba: CRV, 2021. p.182.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila ribeiro).
- BERTOLDO, Tássia Alexandre Teixeira. **Roda de conversa como estratégia promotora de capacidades de pensamento crítico**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: TASSIA_ALEXANDRE_TEIXEIRA_BERTOLDO.pdf (ufs.br). Acesso em 20 de agosto de 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRASIL. **Cartilha do Estatuto da Igualdade Racial - SEPPIR**. 4. ed. Brasília: Secretaria de Políticas da Igualdade Racial, 2012.
- CARVALHO, Eliane de Paula. **A identidade da mulher negra através do cabelo**. Curitiba, 2015. Monografia – Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55903>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

CARNEIRO, Suelly. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, Suelly. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011. (Coleção consciência em debate)

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação Anti-racista**: Compromisso indispensável para um mundo melhor. Racismo e Antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARAN (CDVDH-CB). **Estatuto do Centro de Defesa da Vida E dos Direitos Humanos de Açailândia**. Maranhão: CDVDH, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes sociais no combate ao racismo**: profissionais lançam Frente Nacional. Campanha do CFESS/CRESS. Brasília: CFSS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1778> Acesso em: 31 out. 2022.

COELHO, Andreza Maria Sá; GOMES, Sansarah da Silva. **O movimento feminista negro e suas particularidades na sociedade brasileira**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7. São Luís, agosto de 2015. Disponível em: [o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf](http://ufma.br/o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf) (ufma.br) Acesso em: 5 maio 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, São Paula, Ano 10, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma luta constante** – Ferguson, Palestina e as bases para um movimento. Edição: Frank Barat. São Paulo: Boitempo, 2018.

EVARISTO, Conceição. **“Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/> Acesso em: 10 jan. 2023. (entrevista de Conceição para Djamilá Ribeiro).

ENFOC. **Plataforma digital**. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/> Acesso em: 10 jan. 2023.

FARIA, Glauco. RAMOS, Camila Souza. Kabelengue: **Nosso racismo é o crime perfeito**. Geledéz, 2009. Disponível em: https://www.geledes.org.br/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/?gclid=EAIaIQobChMIyp2g3tuvvGQMVCIF_AB1c8waUEAAYAiAAEgKbOvD_BwE Acesso em 12 de agosto de 2023.

FERRAZ, Marques Camargo Ferraz. **O fazer das danças afro**: Investigando matrizes negras em movimento. São Paulo: M 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47187678-O->

fazer-saber-das-dancas-afro-investigando-matrizes-negras-em-movimento.html Acesso em: 23 dez. 2022.

FERREIRA, Beth. **Feminismo negro e o feminismo antirracista**. Brasília: CFEMEA, 2019.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. 70. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 15. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial, 2006.

FERRAZ, Fernando Marques Camargo. **O fazer saber das danças afro: investigando matrizes negras em movimento**. 2012. 291 f. Dissertação (mestrado em Artes) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, São Paulo, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a Educação Popular**. Proposta, Rio de Janeiro, v.31, n.113, p.21-27, jul./set. 2007

GODOTTI, Moacir. Paulo Freire e a Educação Popular. **Revista trimestral De Debate da Fase**. Disponível em: <https://sindacs.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/06/Paulo-Freire-e-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular..pdf> Acesso em: 3 jan. 2023.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimento s sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, [1983] 1984.

GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos: v3).

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 47, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v.12, n.1, pp. 98-109, 2012.

GOMES, Nilma. Lino. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. São Paulo: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão**. História. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)

GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero**: relações imersas na alteridade. Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, em abril de 1996. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/EDUCACAO-RACA-E-GENERO.pdf> Acesso em: 06 Dejan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadania, etnia e raça**: o trato pedagógico da diversidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 8., Porto Alegre, 20000.

GOMES, Nilma Lino. **A Gestão democrática é mais trabalhosa, é mais difícil, mas não devemos temê-la**. In: BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos/SEPPIR. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2016. p. 91-100.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Sociedade e Política**, Santa Catarina, v.10, n.8, p.13, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos da escola**, Brasília, v.2, n.2-3, p.95-108, 2008.

Gomes, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.21, pp. 40-51.

GUSDORF, Georges. **Professores para quê**: para uma pedagogia da pedagogia. 3. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUZZO. Morgani. **CONCEIÇÃO EVARISTO: A ESCRIVIVÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS RECONSTRÓI A HISTÓRIA BRASILEIRA**. Catarinas, 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/> Acesso em 12 de agosto de 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcello Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. **Salvation**: Black people and love. 1 ed. New York: HarperCollins Publishers Inc., 2001

HOOKS, Bell. **Teoria feminista da margem ao centro**/ tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras negras).

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da população residente de Açailândia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/panorama> Acesso em: 20 mar. 2021.

IANNI, Octavio, **Raças e Classes Sociais no Brasil**: São Paulo: Brasiliense, 2004.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. Berlim: Unrast, 2008

KAUFMANN, Jean-Claude, 1948. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio; revisão técnica de Bruno César Cavalcanti. – Petrópolis, RJ: Vozes: Maceió, Al: Edufal, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI; Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. “Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2023.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta Brasil, 2017.

LINO, Michelle Villaça; SOUZA, Lilian Angélica da Silva. Proteção tem cor: Problematicando acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros. **Revista de Serviço Social em Debate**, São Paulo, v.5, n.1, p.100-116, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/6236> Acesso em: 8 dez. 2022.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista katálisy**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. **Orientações Básicas para a Pesquisa**. PUCSP/FCMSCSP: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2006. Disponível em: http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf. Acesso em: 01 mar. 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Nubia Regina. **O Feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Sociologia, 120 p. 2007. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_5f98a1c50c0b97f0249352d181022f9d. Acesso em 03 de agosto de 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil, Identidade nacional versus identidade negra**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, PENESB, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 3. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> Acesso em: 27 jul. 2022.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola.** 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Luciene. **Tudo nela é de se amar.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

NÔBREGA, Nadir. **Dança Afro – sincretismo de movimento.** Salvador: UFBA/Editora Santa Maria, 1992.

OLIVEIRA, Livia Machado; SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da. **Por uma educação feminista e antirracista:** a importância do movimento feminista negro na formação da identidade. Curitiba: CRV, 2021.

OLIVEIRA, Ana Elisa Antunes de. Roda de conversa e círculo de cultura: instrumentos com potencial de mobilização e emancipação. **Revista Panorâmica**, Mato Grosso, v.3, ed esp., p.50-63, 2021.

PACHECO, Ronilso. **“Teologia Negra: o sopro antirracista do Espírito”.** Brasília: Novos Diálogos; São Paulo: Editora Recriar, 2019.

PASSOS, Joana Célia dos. **O projeto pedagógico escolar e as relações raciais:** a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. In: SILVA, V. B. M. da; SPONCHIADO, J. I. (org.). Contribuições para a educação das relações étnico-raciais. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008. p. 15-24.

PEREIRA, Leidiane de Souza Silva. **Metodologias Socioeducativas Desenvolvidas pela Rede de Atenção Integrada para Combater a Escravidão no Maranhão.** Imperatriz 2022.

PESSOA, Fernando. **Escritos Autobiográficos e de Reflexão Pessoal.** Lisboa: Assírio & Alvim, 2003. Poemas de Fernando Pessoa 1934-1935.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-2012. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> acesso em 28 de agosto de 2023.

Povoada. Interprete: Sued Nunes. Compositores: Sued Nunes. In: Travessia. Inerprete: Sued Nunes. Salvador: Magunzá Records, 2021. 1 CD, faixa.

PORTAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. **Religião.** Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/portal_afro_brasileira/2_VII.php Acesso em: 9 jan. 2023.

PORTAL NOTICIA PRETA. Igor Rocha. **62% das vítimas de feminicídio no Brasil, são negras revela levantamento.** Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/62-das-vitimas-de-feminicidio-no-brasil-sao-negras-revela-levantamento/> Acesso em: 05 jan. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é:** lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório** - uma perspectiva brasileira. **SUR**, 24, v.13, n.24, p. 99-104, 2016.

ROCHA, Halitane. **Quem foram as guerreiras do reino de Daomé estreladas no filme da Viola Davis?** 2022. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/quem-foram-as-guerreiras-do-reino-de-daome-estreladas-no-novo-filme-da-viola-davis/#:~:text=As%20guerreiras%20do%20reino%20de%20Daom%C3%A9%2C%20atual%20Benin%2C%20representadas%20no,em%20guerras%20no%20s%C3%A9culo%20XIX.> Acesso em 15 de outubro de 2023.

SPONCHIADO, Justina Inês *et al.* (org.). **Contribuições para a educação das relações étnico-raciais.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

SACRISTÁN, J. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANDERBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.** Salvador – BA: NEIM/UFBA 2006.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. **A Responsabilidade da Escola na Eliminação do Preconceito Racial:** Alguns Caminhos. Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola/ Eliane Cavalleiro (organizadora). São Paulo: Selo Negro, 2021.

SANTOS, Maria Arlete. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **RTES – Temas em Educação e Saúde**, São Paulo, v.12, n.2, p. 217-229, 2016.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos. Abrigo, prisão ou proteção? Violência estatal contra crianças e adolescentes negros abrigados. **Revista Argumentum**, Vitória ES, v. 11, n. 02, p.75-91, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura**. Revista ABPN: América do Norte, 1, março de 2010. Disponível em <http://WWW.abpn.org.br/revista/index.php/edicoes/article/vien/2010>. Acesso em 22 de julho de 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil. **Revista**, Porto Alegre, ano XXX, v. 3, n. 63, p. 489-506, 2007.

SILVA, Anielle Francisco da. Anielle Franco assume a Igualdade Racial: ‘O Brasil do futuro precisa responder às dívidas do passado. Entrevista concedida a **Revista Carta Capital**, Brasil, 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n.3, v.63, p.489-506, 2007.

SILVA, Cíntia Valéria de Souza. PEREIRA, Leidiane de Souza. ZAPAROLLI, Witembergue Gomes. **AFIXIRÊ A DANÇA DA ALEGRIA: A arte como mecanismo de enfrentamento ao racismo**. IV Congresso Nacional de Educação. Imperatriz, 2023.

SILVA, Ana Celia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b.

SILVA, Maria Ozanira. **Formação profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Cortez, 1984

SILVA, Francisco Thiago. Educação das Relações Étnico-Raciais Negras no currículo da Formação de Professores. **Científico Projeção e Docência**, v.5, n.2 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/388>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA. Elisabeth Fernandes de. Repercussões do Discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e Antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** Natal, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, São Paulo, p.71-99, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Tradução de Raul e Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

THOMSON, Alistair. “**Recompondo a memória**: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. São Paulo: EDUC, 1997. (Projeto História nº 15).

TV PUC - RIO. A “**escrevivência**” na literatura feminina de Conceição Evaristo. 2017. (14m58s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z8C5ONvDoU8&t=350s>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

VINAGRE, Marlise. Ética Direitos Humanos e Projeto Profissional Emancipatório. *In*: FORTI, Valéria e Guerra, Yolanda (org.). **Ética e Direitos**: Ensaio Críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina. *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor, Palhares (org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011.

VINADÉ, Thaiani Farias. GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Inventando a Contra Mola que Resiste**: Um Estudo sobre a Militância na Contemporaneidade. *Psicologia e Sociedade*; 19 (3): 68-75, 2007.

ZANETTI, Luis Fernando. LOPES, José de Souza Miguel. Dossiê: “**Educar a sensibilidade por meio da arte é possível?**”. Dezembro de 2020.

APÊNDICES

APENDICE A

Termo de Consentimento Livre Esclarecido para entrevistas – TCLE

Prezado (a),

Sou Cíntia Valéria de Souza Silva, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas – PPGFOPRED da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Estou realizando uma pesquisa de dissertação intitulada **MULHERES NEGRAS MILITANTES NA EDUCAÇÃO EM AÇAILÂNDIA MARANHÃO** sob orientação do professor da UFMA, Witembergue Gomes Zaparoli, cujo objetivo é Compreender a trajetória educacional de mulheres negras militantes em Açailândia Maranhão.

Sua participação consiste em **conceder e permitir a gravação/de suas falas, e posterior transcrição das narrativas orais ou quaisquer outros dados (textuais, desenhos, cartas e etc)**. A participação nessa pesquisa é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Os registros ficarão guardados sob responsabilidade do pesquisador por um período de cinco anos, após este prazo eles serão destruídos, respeitando os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que envolve pesquisa com seres humanos. Na publicação dos resultados desta pesquisa, a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo se assim quiser, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-la, mas se preferir também estará autorizando o uso de seu nome na pesquisa, ficando a seu critério escolher.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador Cíntia Valéria de Souza Silva através do número (99) 988068100 e e-mail cintiajc2009@hotmail.com, ou pelo professor orientador Witembergue Gomes Zaparoli através do e-mail wg.zaparoli@ufma.br.

Diante das informações acima expostas, declaro que fui orientado (a) quanto ao teor da pesquisa e após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado/a, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia

de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Açailândia/MA, ____ de _____ de 2023.

Assinatura ou digital do (a) docente sujeito (a) da pesquisa

Cíntia Valéria de Souza Silva

Pesquisador responsável da pesquisa

Mestrando em Formação Docente em Práticas Educativas – PPGFOPRED

APENDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RODA DE CONVERSA.****Consentimento Livre e Esclarecido**

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar. Diante das informações acima expostas, declaro que fui orientada quanto ao teor da pesquisa e após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado/a, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo.

Açailândia/MA, _____ de. _____ de 2023.

Assinatura da participante da pesquisa

Cíntia Valéria de Souza Silva
Assinatura da Pesquisadora responsável

APENDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco de Identificação

Nome:

Formação

Endereço:

Idade:

Profissão:

Representatividade:

Bloco - Identidade e Educação

- 1) Em que momento ou situação da sua vida você reconheceu sua identidade racial, como foi essa construção?
- 2) De que forma foi construída a sua trajetória educacional foi
- 3) No seu processo de formação a pauta racial foi contemplada?
- 4) Como você vê o papel da educação no que diz respeito ao debate das questões de raça e gênero?
- 5) De que forma você tem contribuído para a construção de uma sociabilidade antirracista e feminista Justifique?

Bloco- Movimento social

- 6) Você faz parte de alguma entidade, movimento social ou grupo de mulheres? Qual?
- 7) Qual a sua participação em (Atividades, eventos, intervenções) sobre a pauta racial?

Bloco - Racismo, e gênero

- 8) Como você entende o racismo e como ele te atravessa?
- 9) Quais as principais dificuldades você enfrenta por ser uma mulher negra?
- 10) Quais as possíveis ações que podem contribuir para a visibilidade e protagonismo da mulher negra nos espaços sociais?
- 11) Você consegue perceber diferenças e desigualdades entre mulheres negras e brancas

APENDICE D – ROTEIRO DE PODCAST

Participantes: Pesquisadora Cíntia e Pesquisanda Nanisca

Durabilidade: 01 episódio Unificado de sete minutos e vinte cinco segundos

Vinheta de Abertura: Música Povoadá

Músicas: A carne; A voz da resistência, Principia, Cota não é esmola

Cantores: Elza Soares, Emicida, Bia Ferreira e Wd

Apresentação de Abertura:

Sou Cíntia Valéria pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão e esse é o **Vozes infinitas** um podcast que é produto da minha pesquisa de Mestrado que foi construído a partir de Narrativas de Mulheres Negras e tem como objetivo contribuir para o protagonismo e a construção de uma educação emancipatória que respeite as identidades raciais.

Primeiro Bloco:

Frase de comando - **“A carne mais barata do mercado é a carne negra”**

Discursos sobre racismo.

“nós mulheres negras somos tachadas. “Algumas pessoas se acham superiores já possuem o racismo neles próprios. É uma luta difícil diminuir essa realidade. É uma avalanche quando mais se trabalha pelo combate, mas ele vai crescendo, pois hoje as pessoas possuem maior liberdade se sentem à vontade para julgar e massacrar o outro. Não existe uma forma de combater se não for pela via da educação. A transformação começa em nós”. (Odê).

“Eu como pessoa preta tenho buscado o meu lugar de fala, isso é nos retirado, querem falar e decidir por nós, nem sempre essas pessoas conseguem compreender as situações de descrédito e dores que vivenciamos. Sabemos que o racismo já vem enraizado desde os primórdios e do período colonial do nosso país isso vai se perpetuando durante todo o tempo, mas por outro lado hoje já estamos chegando em uma época que ele não é mais aceitável”. (Amenza).

Frase de comando - **“Eu sou a voz da resistência negra”**

Identidade Negra *“Tornar-se uma pessoa preta é uma questão de reconhecer de onde você veio e o que você é. Eu só entendi esse sentido depois de me tornar adulta e mãe. Eu entendi o que é o racismo e o preconceito, compreendi o que é ser uma trabalhadora e filha de*

trabalhadora rural e me identificar com minhas raízes. Hoje não corto mais o meu cabelo eu gosto dele curtinho e enroladinho e tenho uma missão na vida que é dizer isso para minha neta que também tem o cabelo afro e na escola ela é tentada a não o usar. Isso é o racismo que vivemos todos os dias eu vivo em casa, vivo no meu trabalho e nas ruas. Temos que fazer o exercício todos os dias de não deixar que ninguém nos silencie, demarcar nosso espaço de pessoa negra, no andar, no vestir e principalmente no existir porque nós ajudamos construir esse país e somos a maioria nele”. (NANISCA)

Frase de comando - “ Não deixe nossa voz calar não. Revolução”

“A educação é um mecanismo que me possibilita lutar contra o racismo brutal pelo qual eu outras crianças e adultos já passaram e ainda passam. Hoje depois de todo esse processo tenho orgulho de assumir minhas origens e devo tudo isso ao centro de defesa, a educação popular e as ações antirracistas que está organização não governamental tem trabalhado ao longo de toda sua história porque aqui de uma maneira artística e grandiosa educa e transforma a vida das pessoas. Eu só me reconheci uma mulher negra por meio da educação e do meu trabalho aqui no CDVDHCB com a educação popular, a arte, a dança, as formações cidadãs oferecidas pela ONG essas ações ensinaram a mim e outras crianças que somos pessoas negras e temos culturas valiosas”. (Nanisca)

Segundo Bloco:

Escritas e Vivências- (Escrevivências)

A escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira

Encerramento: *“Esperamos que com esse material possamos alcançar e abraçar diversas mulheres e principalmente poder contribuir para um mundo livre de exploração e dominação onde possamos acreditar e não perder as esperanças de construir uma sociabilidade mais justa porque Tudo, tudo que nós tem é nós”*

ANEXOS

Anexo I – Parecer Consubstanciado Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO EM AÇAILÂNDIA MARANHÃO

Pesquisador: CINTIA VALERIA DE SOUZA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65614122.7.0000.5087

Instituição Proponente: Centro de Ciencias Sociais, Saúde e Tecnologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.984.517

Apresentação do Projeto:

O projeto propõe-se a pesquisar a trajetória educacional de Mulheres Negras no município de Açailândia-Maranhão. Esta proposta de pesquisa almeja responder as indagações preliminares: Como as categorias gênero e raça são compreendidas na formação histórica da identidade negra no Brasil? Quais as ações educativas desenvolvidas pelas mulheres negras que contribuí para a construção de uma educação feminista e antirracista no município de Açailândia Maranhão? Destacando se o problema: De que forma foi construída a trajetória educacional destas mulheres negras e militantes no município de Açailândia Maranhão?

Objetivo da Pesquisa:

Analisar como foi construída a trajetória educacional de mulheres negras no município de Açailândia Maranhão a partir de suas subjetividades e próprias percepções.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram relatados riscos sob o constrangimento que os entrevistados poderiam experimentar (medo, Vergonha, Estresse, Quebra de sigilo). No que concerne a riscos físicos: - Invasão de privacidade; - Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; - Revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; - Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; - Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE). Como benefícios a pesquisa apresentará como produto final a elaboração de um Podcast, pois

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8003

E-mail: cepufma@ufma.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA**



Continuação do Parecer: 5.984.517

acreditamos que este é um instrumento educativo e tem o poder de compartilhar histórias, saberes e principalmente ações antirracistas no contexto da educação informal e popular.

Observa-se ao todo um cuidado com a abordagem do grupo foco de pesquisa com respeito à sua identidade e cultura, sendo que o correto levantamento da pesquisa por partes dos pesquisadores minimizará o impactos dos riscos apresentados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de campo tendo como entrevistas e posterior construção de relatos via podcast dos resultados e interpretações dos pesquisadores sobre a percepção da cultura africana nas escolas públicas de Açailândia. A pesquisa tem objetivos bem definidos, sendo as atividades plausíveis de executar conforme cronograma.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão conforme normativa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não pendências documentária por parte dos membros do projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Favorável à execução do projeto

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1967266.pdf	29/11/2022 22:55:08		Aceito
Outros	DLC.pdf	29/11/2022 22:52:44	CINTIA VALERIA DE SOUZA SILVA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	29/11/2022 22:47:51	CINTIA VALERIA DE SOUZA SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	29/11/2022 22:46:07	CINTIA VALERIA DE SOUZA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	P.pdf	28/11/2022 20:55:50	CINTIA VALERIA DE SOUZA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/11/2022 20:52:28	CINTIA VALERIA DE SOUZA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FL.pdf	28/11/2022	CINTIA VALERIA DE	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8003

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 5.984.517

Folha de Rosto	FL.pdf	20:12:20	SOUZA SILVA	Aceito
----------------	--------	----------	-------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 04 de Abril de 2023

Assinado por:
Emanuel Péricles Salvador
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8003 **E-mail:** cepufma@ufma.br

